

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

EM TÉCNICAS LABORATORIAIS EM SAÚDE

NATHALIA AMORIM WANDENKOLK VIEIRA

EUGENIA: A “CIÊNCIA” COMO LEGITIMADORA DO
EXTERMÍNIO JUDEU NO PERÍODO NAZISTA

Rio de Janeiro

2013

Nathalia Amorim Wandenkolk Vieira

EUGENIA: A CIÊNCIA COMO LEGITIMADORA DO
EXTERMÍNIO JUDEU NO PERÍODO NAZISTA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como
requisito parcial para aprovação no
curso técnico de nível médio em saúde
com habilitação em Análises Clínicas.

Orientadora: Nicole Régine Garcia

Rio de Janeiro

2013

Nathalia Amorim Wandenkolk Vieira

EUGENIA: A CIÊNCIA COMO LEGITIMADORA DO
EXTERMÍNIO JUDEU NO PERÍODO NAZISTA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como
requisito parcial para aprovação no
curso técnico de nível médio em saúde
com habilitação em Análises Clínicas.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Daiana Crús Chagas

José Roberto Franco Reis

Nicole Régine Garcia – Orientadora

Dedico esse trabalho
a todas as vítimas de
ciências desumanizadoras.

Àqueles que morreram no Holocausto
e àqueles que ainda vivem debaixo
do jugo do preconceito.

Agradecimentos

A Deus, por ter soprado em mim a vida, a inspiração e a capacitação para realizar esse trabalho.

Aos meus pais, Kennia e Marcos e ao meu irmão, Marcos Junior, por me apoiarem sempre, me amarem e me fortalecerem durante os momentos de dificuldade e de alegria.

Aos meus familiares, por acreditarem em mim e me incentivar sempre.

Aos meus amigos, em especial os da EPSJV, por partilharem do meu stress, cansaço, frustração e sempre me darem palavras de incentivo e motivação, tornando os meus dias mais felizes com a sua companhia.

À minha orientadora, Nicole Garcia, por me guiar através desse projeto, apostando sempre no meu sucesso.

À banca, que tão carinhosamente se dispôs a avaliar o meu trabalho, me fazendo críticas e elogios construtivos, emprestando e indicando livros e dedicando o seu tempo à análise desse projeto.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, por ter me proporcionado a oportunidade e os meios de realizar essa monografia e por ter lançado esse desafio que contribuiu tanto para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos professores que me ensinaram muito mais do que apenas o conteúdo didático, mas me deram lições de vida, cidadania, respeito e sensibilidade, e fizeram de mim uma pessoa melhor ao longo desses três anos.

Ao Cnpq, pelo incentivo financeiro.

“Eu vivo em uma época louca.”

- Anne Frank

Resumo

A Eugenia foi uma ciência do final do século XIX e início do século XX que propunha o aperfeiçoamento da raça humana através da seleção dos indivíduos em adequados e inadequados para a reprodução. A partir de 1906 começou a surgir na Europa e nos Estados Unidos, as primeiras Sociedades Eugênicas, onde se debatia quais seriam as melhores políticas a serem adotadas para incentivar os adequados a reprodução e impedir que os inadequados levassem suas características adiante. Esses debates foram popularizados e diversos países na Europa e nas Américas baseavam políticas de saúde pública nas teorias eugênicas, a Alemanha foi um desses países. Diversos médicos, antropólogos e acadêmicos se debruçavam sobre o assunto e o movimento foi ganhando cada vez mais força no país. Diversas leis em prol da higiene racial foram estabelecidas. Mas a eugenia na Alemanha tinha uma particularidade, incluía também os judeus. O judaísmo passou a ser encarado não mais como uma religião, e sim como uma raça, uma raça prejudicial ao desenvolvimento do povo alemão. Devido à grande crise financeira e social que a Alemanha enfrentava, Hitler surgiu como o herói do povo germânico, e apontava como inimigo da Pátria o povo judeu. A única forma da Alemanha se recuperar e emergir novamente como potência, seria através da eliminação dessa raça indesejada que se misturava ao povo. Dessa forma, foi justificado perante a nação alemã um dos maiores genocídios da História, o Holocausto judeu.

Palavras-chave: Eugenia. Holocausto. Nazismo.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Possibilidades de um cruzamento entre indivíduos homozigotos.

Tabela 2: Possibilidades de um cruzamento entre indivíduos heterozigotos.

Tabela 3: Variações no valor do marco em comparação ao dólar de 1914 a novembro de 1923.

Lista de Siglas

EES - Eugenics Education Society

LEM - Liga pela Educação Moral

ERO -Eugenics Report Office

USPD - Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha

MSPD - Partido Social Democrata da Alemanha

NSDAP - Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores

SA - Sturmabteilung

SS - Schutzstaffel

SIG - Sociedade Imperador Guilherme (Kaiser Wilhelm Society)

DNA - Ácido Desoxirribonucléico

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS.....	15
1.1.1 Objetivo Geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos.....	15
1.2 Justificativas.....	16
1.3 Metodologia.....	17
2 O NASCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA EUGENIA.....	18
2.1 ESPARTA: A PÁTRIA DOS FORTES.....	20
2.2 CHARLES DARWIN E A SELEÇÃO NATURAL.....	21
2.3 GENÉTICA MENDELIANA.....	23
2.4 FRANCIS GALTON E “O GÊNIO HEREDITÁRIO”.....	25
2.5 AS SOCIEDADES EUGÊNICAS.....	28
3 ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO NAZISMO.....	32
3.1 O TRATADO DE VESALHES E A ALEMANHA PÓS PRIMEIRA GUERRA....	32
3.2 A ECONOMIA ALEMÃ NA REPÚBLICA DE WEIMAR.....	34
3.3 A CRISE DE 1929 E A ASCENSÃO DE HITLER AO PODER.....	36
3.4 A IDEOLOGIA NAZISTA NO TERCEIRO REICH.....	39
4 EUGENIA NA ALEMANHA E OS EXPERIMENTOS NAZISTAS.....	47
4.1 ESTERILIZAÇÃO COMPULSÓRIA.....	49
4.2 PROGRAMAS DE EUTANÁSIA.....	51

4.3 A SOLUÇÃO FINAL.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 APRESENTAÇÃO

A palavra eugenia (do grego eugen-s) significa “bem nascido” e foi criada pelo cientista britânico Francis Galton com o objetivo de representar os estudos que estavam sendo realizados na época (1883) acerca da hereditariedade e do aprimoramento da raça humana. A eugenia foi construída ao longo dos avanços nos estudos sobre hereditariedade e representava uma racionalização da reprodução humana. Ou seja, indivíduos “adequados” eram incentivados a se reproduzir ao passo que os “inadequados” não deveriam transmitir suas características aos filhos.

Apesar de o termo “eugenia” ter sido usado pela primeira vez apenas no século XIX, os cientistas da época já observavam que os gregos eliminavam os “inadequados” (STEPAN, 2005), dessa forma, a eugenia não foi algo simplesmente inventado, mas foi o fruto da acumulação de diversos conhecimentos num determinado contexto histórico e cultural que culminou em diversas teorias e conduziu o mundo ao maior genocídio do século XX, onde aproximadamente 6 milhões de judeus foram mortos (NEUHAUSLER, 1961).

A eugenia não se deu apenas na Alemanha ou apenas na Europa, atingiu diversos países, inclusive o Brasil e os Estados Unidos, porém em cada região tinha suas peculiaridades e seguia determinada corrente. Esse trabalho se propõe a entender o contexto histórico e social da Alemanha no início do século XX que permitiu a disseminação da eugenia e dos ideais nazistas, e posteriormente, as práticas fomentadas por essa teoria durante a Segunda Guerra Mundial.

De maneira geral, é possível esboçar a situação política, financeira e social da Alemanha no pós-Primeira Guerra, entendendo-se as consequências do Tratado de Versalhes. O Tratado de Versalhes foi assinado após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919. Nesse acordo de paz, era imposto a Alemanha que se assumissem todas as responsabilidades pela Guerra, e que arcasse também com os prejuízos sofridos pelos países vitoriosos. Essa restituição seria financeira, de forma que a Alemanha foi obrigada a pagar 270 milhões de marcos (o que seriam aproximadamente 400 milhões de reais). A Alemanha então foi obrigada a "devolver" Alsácia-Lorena, Eupen e Maalmedy, Schleswig, Hulschin, entre outros distritos importantes e todas as suas colônias, totalizando uma perda de 13% do território

alemão. Além disso, a Alemanha foi desmilitarizada, ou seja, toda sua indústria bélica foi interdita. As tropas alemãs não poderiam ter mais de 100 mil, a força aérea não mais existiria e a marinha seria restrita a 15 mil marinheiros (US Holocaust Memorial Museum, 2012).

A Alemanha passou então por período de escassez financeira e humilhação. Com as imposições do Tratado de Versalhes e as perdas consequentes da Guerra, a Alemanha passou por um momento de crise econômica, cultural e estrutural. O povo alemão sofria com o desemprego, com a queda no padrão de vida, além do orgulho ferido. Ao passo que o povo judeu que vivia na Alemanha estava numa situação melhor e prosperava.

Nesse mesmo período circulava pela Europa e pelos Estados Unidos os “Protocolos dos Sábios de Sião”, um livro que supostamente era o registro das reuniões secretas dos líderes judeus que planejavam dominar o mundo através da hegemonia judaica e do controle da cultura e economia. Em 1920 foi lançada pela primeira vez na Alemanha a edição em alemão do livro “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, instigando ainda mais o ódio do povo alemão pelos judeus (US Holocaust Memorial Museum, 2012).

Apesar de ter sido comprovada a origem fraudulenta do livro, diversos outros livros foram escritos associando o conteúdo dos livros à necessidade de combater os judeus antes que estes alcançassem o poder e tomassem o controle do mundo.

Nesse contexto de ressentimento, fraudes e crise, o Partido Nacional Socialista começou a ascender e o líder do partido Adolf Hitler surgiu apontando a origem dos problemas da Alemanha: o povo judeu. Segundo Hitler, não havia nenhum tipo de sujeira na vida cultural alemã em que os judeus não estivessem envolvidos. Para Hitler, não era uma questão de religião, mas de raça. Para o líder nazista, os judeus não eram alemães (Hitler, 1983).

Um dos conceitos mais importantes nos estudos sobre eugenia é o conceito de “raça” já que a definição de adequação e inadequação era baseada na raça a qual o indivíduo pertencia. O conceito de raça, entretanto, segundo Stepan [2005] é baseado meramente em fronteiras estabelecidas pelos grupos dominantes para diferenciar os grupos considerados

inferiores. Esse conceito era então internalizado e tido como natural e alimentavam os conflitos sociais.

Durante o período nazista, a eugenia, que já era uma corrente ideológica forte na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil inclusive, atuou fomentando os argumentos de Adolf Hitler acerca da supremacia ariana e justificando, perante os alemães, todas as atrocidades realizadas com os judeus nos campos de concentração.

É válido ressaltar que a eugenia não foi exclusiva do período nazista, de fato ainda há discussões de caráter eugênico no mundo científico, porém, durante o Terceiro Reich tal corrente foi levada ao extremo, levando ao extermínio de milhares de judeus.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é compreender o papel da “ciência” no processo de legitimação do extermínio semita face ao ideal de supremacia ariana no período entre guerras na Alemanha e Europa, entendendo a atuação do discurso científico para a afirmação do nazismo na Alemanha.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste trabalho consistem em entender o surgimento da eugenia através do século XIX, seu desenvolvimento, sua incorporação à ciência, a divulgação e a aceitabilidade que essa teoria teve em diversos países. Esse estudo visa entender a situação econômica e social da Alemanha no período entre guerras, onde a ideologia vigente era o nazismo. Busca-se aqui explicitar a forma como as teorias eugênicas justificavam boa parte da ideologia nazista, e legitimavam práticas cruéis e experimentos com prisioneiros durante o Terceiro Reich, que tinham como objetivo comprovar a superioridade da raça ariana. Por fim, esse trabalho tem como objetivo também mostrar como na atualidade ainda existem diversos cientistas renomados, chefes de Estado e outros ícones do mundo moderno que carregam um discurso impregnado das teorias eugênicas de superioridade racial, apesar de muitos considerarem a eugenia como algo restrito ao passado.

1.2 Justificativa

O nazismo é um tema muito intrigante e ao mesmo tempo doloroso na história da humanidade. Afinal, não é sempre que uma nação tenta eliminar um povo por um ideal de eugenia. Como foi possível a população alemã ter aceitado e participado da “loucura” do führer? O que Adolf Hitler usou para convencê-los de que o extermínio era a única solução? Qual o papel da ciência e dos experimentos realizados durante o nazismo para a afirmação do nazismo? E como esses experimentos contribuíram e ainda contribuem para a expansão da ciência apesar de terem sido realizados de forma tão atroz e indigna?

A ciência ainda é utilizada em discursos como argumento incontestável e absoluto apesar de já ter se mostrado parcial e manipulável. Dessa forma, é importante entender que toda teoria científica pode e deve ser contestada, já que a ciência sendo feita por homens é passível de erros. E é importante incentivar a reflexão do processo de formação do saber científico além do processo de divulgação, disseminação e autenticação desses saberes.

A ciência é construída a partir de suposições e hipóteses que partem de um indivíduo, mas evolui mediante o debate coletivo. É importante ressaltar também que ainda hoje há discussões sobre experimentações humanas, eutanásia, aborto e outras questões que envolvem os direitos humanos onde ainda se esbarra em questões éticas que passam por um viés eugênico, ainda que não recebam este nome. Por isso é importante promover a acessibilidade ao conhecimento científico a fim de ampliar o debate e permitir o acesso à informação, além de estimular a reflexão para evitar a alienação e aceitação de teorias como a teoria eugênica.

1.3 Metodologia

A elaboração deste trabalho será feita através da revisão bibliográfica de livros, artigos e sítios eletrônicos sobre o tema “eugenia”. Pesquisa de tabelas, esquemas, gráficos, e outros elementos relativos à comprovação da teoria eugênica também serão realizadas bem como a pesquisa de fragmentos de discursos de Adolf Hitler contendo dados das pesquisas e experimentos realizados nos campos de concentração ou institutos alemães a fim de consolidar a teoria de superioridade ariana.

2 O NASCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA EUGENIA

A palavra “eugenia” foi “inventada pelo cientista britânico Francis Galton em 1883, para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade, para obter-se uma desejada “melhor reprodução”” [Stepan, 2005]. O termo definia uma corrente política-científica da época que tentava encontrar maneiras práticas de utilizar todas as descobertas na área da genética. Já naquela época, outros teóricos definiam a eugenia como “um movimento pelo ‘aprimoramento’ da raça humana [...] e preservação da ‘pureza’ de determinados grupos”. De forma geral, a eugenia implicava não somente na formulação de teorias acerca de raças superiores, mas também na prática de uma seleção entre “adequados” e “inadequados” dentro destas raças.

Após a Segunda Guerra Mundial e a demonstração dos efeitos nocivos da eugenia, a utilização do termo raça como explicação para a vida social e as diferenças entre seres humanos não é mais formalmente usada. Definir diferentes tipos de raça entre a espécie humana não é possível pela biologia. As diferenças genéticas e morfológicas entre grupos étnicos são impossíveis de serem medidas cientificamente. Resta-nos então considerar que essas “diferentes raças” são construções sociais originadas a partir de discursos sobre a origem de determinado grupo e a criação de uma identidade [Guimarães, 2003].

Segundo o sociólogo Aníbal Quijano [2000]

As diferenças fenotípicas, como por exemplo, a cor da pele, a forma e cor dos cabelos, dos olhos, do nariz, passaram a ser utilizadas no processo de colonização como forma de diferenciar conquistadores e conquistados, europeus e não europeus, estabelecendo assim, uma relação de superioridade e inferioridade pautada nas distintas estruturas biológicas de cada grupo e criando supostas gradações de seres humanos.

O sociólogo prossegue ainda dizendo que essa distinção entre pessoas sob título de raça é parte de um sistema de poder mundial que perdura até hoje. Apesar dos esforços para superar essa ideia e não se usar mais o nome de raça, o racismo é um fenômeno social que não ficou no passado, mas é presente ainda hoje e por isso deve ser estudado pela sociologia

[Quijano, 2000]. A sociologia portanto, não encara o conceito de raça como as diferenças entre as populações humanas, mas como os discursos acerca da origem de um grupo que se baseiam na herança genética para fazer inferências sobre as qualidades morais, intelectuais e psicológicas de um determinado grupo [Guimarães, 2003].

Antonio Guimarães, em seu artigo “Como trabalhar raça em sociologia” afirma que quando estamos nos referindo a etnias e raças, a ideia de comunidade está embutida. As raças e etnias são uma comunidade de origem. Quando determinada raça se une na reivindicação de um destino político comum temos então o nascimento de um movimento nacionalista. Uma nação é uma comunidade de origem e destino. O povo é então o conjunto das pessoas dessa comunidade [Guimarães, 2003].

A eugenia muitas vezes é considerada uma “pseudociência”, uma ideia que posteriormente parece ser tendenciosa e ultrapassada, e muitas vezes não tem sido discutida devido a sua ligação direta com os atos nazistas que “em nome da eugenia, esterilizaram a força milhares de pessoas (cerca de 1% da população na Alemanha)” [Stepan, 2005]. Esse tipo de eugenia ligada ao movimento de Hitler foi condenado após a Segunda Guerra Mundial como “grave perversão da ciência e da moral”. Porém, a eugenia esteve presente nas políticas públicas de muitas outras nações que não sofreram, nem de longe, condenação semelhante a dos nazistas. É óbvio que em nenhum outro lugar a eugenia provocou genocídio semelhante ao que ocorreu com os judeus na Alemanha durante a Segunda Guerra, mas outros países tinham a mesma possibilidade ideológica, mas foram conduzidos de outra maneira devido a inúmeros fatores históricos, políticos, religiosos, culturais e sociais que não poderiam ser descritos aqui. É preciso entender a “eugenia ordinária da década de 1920” para compreender sua transformação na “eugenia extraordinária da Alemanha nazista” [Stepan, 2005], e por esse motivo, esse capítulo trará um breve panorama acerca da história da eugenia através dos anos em diferentes culturas até a sua expressão mais conhecida, durante o Terceiro Reich.

Os teóricos eugenistas se apropriaram de diversas teorias e expressões culturais como embasamento para seus ideais. Um bom exemplo disso é a conhecida prática espartana de atirar do alto do penhasco crianças que nascessem com alguma deficiência. É importante entender, porém, que isso não significa que os espartanos eram eugenistas, mas que estes

retomaram práticas do passado na tentativa de justificar e corroborar suas teorias, no que se qualifica como anacronismo.

2.1 ESPARTA: A PÁTRIA DOS FORTES

Desde o século VIII A.C. iniciou-se os registros dos resultados dos Jogos Olímpicos na Grécia Antiga. Observou-se que a maioria dos vencedores dos Jogos tinha algo em comum: eram espartanos. Esse fato gerou muita curiosidade acerca dos fatores que contribuíam para isso, e muito se investigou sobre essa que foi uma das cidades-estados mais importantes do mundo Antigo.

Esparta destacava-se, não apenas pelo seu poderio militar, mas em outros assuntos importantes como educação e organização política e familiar. A educação em Esparta buscava atingir o ideal de excelência humana [Teixeira, 1999], e não cabia apenas à família educar seus filhos, os espartanos foram pioneiros em implantar um projeto de educação estatal [Basso, 2012]. Nas academias, as crianças a partir dos sete anos de idade já praticavam atividades físicas, aprendiam boas maneiras e entendiam seu papel dentro do coletivo. A educação física em Esparta era muito valorizada já que preparava os indivíduos para uma vida militar, as escolas formavam “cidadãos-soldados”, que poderiam defender seu Estado, sua terra e sua cultura quando fossem solicitados [Basso, 2012].

Segundo Basso 2012, “A educação espartana começava pelos progenitores das crianças. A mãe e pai eram servidores fiéis da polis e tinham, necessariamente, corpos saudáveis e bem formados”. As mulheres em Esparta tinham que se exercitar tanto quanto os homens, para que os filhos pudessem ser vigorosos e fortes, a perfeição física era muito valorizada.

Em Esparta os filhos pertenciam ao Estado e aos deuses, não aos seus pais, o que comprova que a procriação nessa cidade-estado tinha como objetivo a manutenção de seus cidadãos-soldados . As mulheres consideradas “robustas” eram incentivadas a terem filhos [Mai LD et al, 2006]. Quando uma criança nascia, logo era levada para uma inspeção dos mais velhos. Caso a criança tivesse algum defeito ou não parecesse adequada, deveria ser

atirada do alto do monte Taygetos, porque não seria capaz de cumprir seu papel lutando pela pátria.

A educação espartana chamou a atenção de Platão, que faz referência aos métodos de Esparta para criar seus filhos. Em “A República”, o filósofo grego fez inclusive um diagrama, com cavalos e cachorros “de raça”, fazendo uma analogia de como deveria ser o cruzamento entre seres humanos também, tendo em vista a melhor prole possível e os melhores soldados na defesa da polis [Galton, 1998]. Assim, os métodos espartanos ficaram imortalizados na obra de Platão, e seriam recuperados centenas de anos depois por um cavalheiro da sociedade geográfica britânica.

2.2 CHARLES DARWIN E A SELEÇÃO NATURAL

Charles Robert Darwin nasceu na Inglaterra em 1809. Neto de Erasmus Darwin, um renomado médico e poeta, que tinha grande interesse pela botânica e zoologia, chegando a publicar um livro intitulado “Zoonomia”, onde expunha suas ideias sobre a evolução e mutação das espécies.

Charles mostrava desde a infância um grande interesse por besouros e ratos, mas seguiu o conselho de seu pai e foi para o curso de medicina, mas não suportou realizar uma cirurgia sem anestesia, e abandonou a carreira. Darwin tentou então a teologia, e apesar de estar no seminário, seu interesse por insetos era muito grande, e sua amizade com o professor de botânica John Stevens Henslow, contribuiu para seu aprofundamento nas ciências naturais. Em abril de 1831, Darwin concluiu seus estudos e estava apto a se tornar clérigo. Em agosto desse mesmo ano, Charles Darwin acompanha o professor de geologia Adam Sedgwick, em seu trabalho de campo em Gales.

Em 27 de dezembro de 1831, Darwin embarca a bordo do Beagle, numa viagem que duraria quase cinco anos, percorrendo as costas leste e oeste da América do Sul, cruzando o oceano Pacífico rumo ao Taiti, e posteriormente à Austrália. A embarcação passou também pelas Ilhas Cocos, no oceano Índico, pelo Cabo da Boa Esperança na África. Por fim, o navio passou novamente pela Bahia, no Brasil, retornando a Inglaterra em 2 de outubro de 1836.

Durante a viagem do Beagle, Darwin fez um diário, que continha suas observações sobre a terra, o clima, o mar, os animais, as plantas e as pessoas dos lugares por onde passavam. Charles coletou muitos espécimes, empalhou animais, coletou fósseis, e enviava à Inglaterra sempre que passavam por um porto. Ao retornar a Grã-Bretanha, o naturalista começou a catalogar tudo o que encontrou em sua viagem, e publicou um livro chamado “A Zoologia da Viagem do Beagle”. Além disso, seu trabalho foi levado à Sociedade Inglesa de Geologia.

Alguns anos depois, Darwin se casou com sua prima Emma. Moravam em Londres, e tiveram dez filhos. Eles vivam com as rendas das propriedades que o pai de Charles havia preparado para ele durante sua viagem, e Darwin trabalhava secretamente em sua teoria.

Sua teoria não foi formulada de uma só vez. Na verdade, desde a viagem do Beagle Darwin já coletava comprovações para sua teoria. Uma das observações mais famosas realizadas durante a viagem foi a dos bicos dos tentilhões de Galápagos, que eram adaptados para o tipo de alimentação que cada espécie tinha. Darwin apresentava sua teoria para pessoas próximas, amigos e familiares, mas muitos deles não entendiam ou não prestavam muita atenção. Contudo, devido a sua debilitada saúde, Darwin e sua família se mudaram para o campo.

Em novembro de 1859, foi lançado o livro *A Origem das Espécies*, que trazia a síntese de toda a sua teoria acerca da evolução das espécies. A primeira edição, de 1250 exemplares, esgotou no primeiro dia de vendas. Mas o sucesso de vendas não foi apenas devido ao prestígio do autor, Darwin atraiu muitas críticas de pessoas notáveis na sociedade. Diversos cientistas, filósofos e religiosos se opunham ao cientista inglês, e diversos debates foram promovidos sobre a publicação de Darwin.

No capítulo quatro de “*A Origem das Espécies*”, Darwin escreveu acerca da seleção natural. De forma resumida, o geólogo afirmava que a natureza selecionava os mais adaptados. Muitos cientistas da época acreditavam que os animais escolhiam se modificar para sobreviver. Segundo Charles, a razão para todas essas variações seria a luta pela sobrevivência, e nisso consistia a seleção natural, na sobrevivência dos melhores adaptados em detrimento dos piores.

Em sua teoria, o naturalista afirmava que as modificações se davam a todo instante na natureza, aquelas que eram vantajosas permitiam que o indivíduo que a portasse tivesse maiores chances de sobreviver. A seleção natural, na teoria darwiniana, produz novas espécies, e extingue outras.

Alguns anos após o lançamento do livro de Darwin, um monge demonstraria como essas adaptações se dão de geração em geração, e comprova também que as espécies não podem realizar infinitas adaptações, de acordo com a necessidade, mas que dependem de fatores herdados dos pais.

2.3 GENÉTICA MENDELIANA

Em 1856, em um monastério na pequena cidade de Brünn, no antigo Império Austro-húngaro, um monge chamado Gregor Johann Mendel iniciou uma série de experimentos com o cruzamento de ervilhas, que lhe renderia 40 anos mais tarde o título de pai da genética.

Mendel utilizou ervilhas de jardim da espécie *Pisum sativum* para o seu experimento, essa espécie era muito favorável porque tem pétalas bem fechadas, forçando um sistema de autofertilização, evitando a entrada e saída de pólen. Seu estudo consistiu basicamente em cruzar plantas “puras” (homozigotas) com características diferentes como cor, estatura, textura da flor e da semente, e observar as características das plantas-filhas (heterozigotas). O monge observou ainda o resultado do cruzamento entre plantas híbridas (duplo heterozigotas), deduzindo a existência de fatores que se sobrepujavam a outras, dando o nome de dominantes e recessivas a esses fatores.

A primeira lei de Mendel diz que para cada característica, cada um dos pais contribui com um par de fatores (que mais tarde seriam chamados de genes). Esses fatores se dividem, e cada um vai para um gameta. Esses gametas então se combinam, e daí surge as possibilidades de expressão de característica [Astrauskas, 2009].

Tomemos como exemplo a característica de textura da semente de ervilha, podendo ser lisa ou enrugada. A característica lisa é dominante e aqui será representada por R,

ao passo que a característica rugosa é recessiva e será representada por r. Se cruzarmos uma planta lisa homozigota (RR), com uma enrugada heterozigota (rr), cada um dos progenitores contribui os dois genes que tem (RR x rr), e as possibilidades de característica serão:

	r	r
R	Rr	Rr
R	Rr	Rr

Tabela 1: Possibilidades de um cruzamento entre indivíduos homozigotos.

Todas as plantas filhas serão heterozigotas, expressando a característica dominante de sementes lisas.

Em seguida, Mendel continuou seus experimentos, mas dessa vez cruzando plantas heterozigotas, e observando as características fenotípicas que elas expressavam. Cada planta progenitora contribuiu com um par de genes, que se dividem e formam dois gametas, cada par (Rr X Rr), e as possibilidades fenotípicas para a textura das sementes será:

	R	r
R	RR	Rr
r	Rr	rr

Tabela 2: Possibilidades de um cruzamento entre indivíduos heterozigotos.

No caso de cruzamento entre heterozigotos, temos que metade dos descendentes é homozigotos (RR e rr) e metade são heterozigotos (Rr e Rr), mas a probabilidade de expressão fenotípica do gene dominante (sementes lisas) é 0,75 ou $\frac{3}{4}$.

Sete anos depois do início de seus estudos, Gregor Mendel completou seus experimentos, formulou as leis da hereditariedade e as apresentou nos encontros da Sociedade de História Natural de Brünn, mas sua teoria foi pouco divulgada e não teve muito crédito no mundo científico, o que resultou no esquecimento de suas leis. O monge morreu em 1864, e após 16 anos da sua morte, seu trabalho foi descoberto por três cientistas que introduziram sua teoria na sociedade científica, e Mendel seria enfim reconhecido, bem como suas ideias acerca da hereditariedade.

Sua teoria passou então a ser conciliada com a teoria darwiniana, e entendia-se então, que os seres se adaptavam através de características recebidas dos progenitores, então essa adaptação era limitada, mas, um indivíduo que portasse características mais vantajosas sobreviveria ao meio de uma maneira mais eficaz, e essas características seriam passadas aos descendentes.

Em 1902, Walter Sutton descobriu em um laboratório de citologia na Universidade de Columbia, que os cromossomos durante a divisão celular, se comportavam da maneira que Mendel havia descrito em suas leis [Kevles, 1983].

2.4 FRANCIS GALTON E “O GÊNIO HEREDITÁRIO”

Francis Galton foi um cientista inglês nascido no início do século XIX, que criou o termo “eugenia” em 1883. Em um mundo onde o homem acreditava cada vez mais poder manipular a natureza e utilizá-la a seu serviço, esse notável *gentleman* estudou diversas áreas da ciência, mas sua contribuição de maior destaque foi na Eugenia.

Nascido em uma família de prestígio na Inglaterra, Galton era primo de Charles Darwin por parte de mãe, e sua família era cheia de membros de destaque na sociedade científica e artística do país. O próprio Francis já mostrava um futuro promissor, aos cinco anos de idade já sabia ler e escrever inclusive em latim [Bulmer, 2003].

Francis era um rapaz inquieto, e apesar dos seus esforços para honrar a família e alcançar honrarias na Universidade, teve dificuldades nos estudos de medicina e matemática, sofrendo algumas crises durante o período de formação. Aos 23 anos, ao lado de um amigo,

foi velejar nas águas do Nilo no Egito. Porém, o que era apenas uma viagem para descanso, acabou se tornando uma aventura que levou Galton a lugares como Beirute, Jerusalém e Damasco.

Ao retornar para a Inglaterra, Galton não suportou a vida tranquila que sua fortuna permitia que tivesse, e então foi se consultar com um frenologista¹. O diagnóstico entregue a ele apresentava que homens com a cabeça semelhante à de Galton tinham temperamento sanguíneo, com vontade própria e muita obstinação, mas também com mentes muito poderosas, e muito características dos colonizadores. O paciente logo associou então o prazer que teve ao viajar pelo Egito com o diagnóstico relacionado às suas características frenológicas.

Seus estudos sobre suas ideias eugênicas foram publicados pela primeira vez em 1865, num artigo de duas partes para a revista MacMillan. Esse artigo mais tarde foi compilado de forma a ser publicado como um livro, o “Gênio Hereditário” (Hereditary Genius). O objetivo de Galton era investigar a origem das “habilidades naturais”. A partir de enciclopédias biográficas, Galton selecionou uma população de indivíduos de destaque na sociedade como músicos, pintores, juristas, cientistas, poetas, comandantes militares e outras figuras distintas que surgiram na Inglaterra até 200 anos anteriores ao seu estudo. Galton percebeu que uma grande parte deles era ligada por laços de sangue. Assim, ele concluiu que famílias de reputação eram muito mais capazes de criar descendentes com grades habilidades do que famílias comuns [Kevles, 1983].

Sua crença de que a hereditariedade influenciava não apenas em aspectos físicos, mas no caráter e talento também, o levou a acreditar também que seria completamente praticável a criação de uma raça de homens talentosa através de uma sucessão de casamentos criteriosos. Sua teoria ia mais além, e propunha competições para verificar mérito hereditário, apresentar os vitoriosos e promover uniões matrimoniais na abadia de Westminster e incentivar através da concessão de bolsas a proliferação da prole de ouro. Galton chegou a propor que deveria ser feito um controle de natalidade, onde os indivíduos mais apropriados

¹ “**Frenologista**” – Frenologista é aquele que exerce a frenologia. Essa especialidade hoje é considerada uma pseudociência, mas era muito famosa no século XIX. Segundo essa teoria, era possível conhecer características como o caráter, a personalidade e até mesmo o grau de criminalidade de um indivíduo, estudando-se apenas as características estruturais da cabeça e o formato do crânio.

seriam incentivados a se reproduzir mais e os indesejáveis deveriam ser enviados a conventos, onde não poderiam propagar suas características [Kevles, 1983].

Para Francis Galton a reputação era a única forma possível de identificação de talento. Sua teoria afirmava que a situação social ou o “nível de cultura” (entendendo-se cultura como educação escolar) não poderia ser suficiente para impedir alguém talentoso de alcançar o reconhecimento. Galton utilizou inclusive o exemplo da ex-colônia inglesa na América, dizendo que se o talento e as habilidades estivessem associados à cultura, então os Estados Unidos deveriam ter um número muito maior de “trabalhos de primeira classe” na literatura, filosofia ou arte. Galton continuava dizendo ainda que ainda que se retirassem os obstáculos para a “ascensão dos gênios” na sociedade inglesa, certamente não haveria aumento na quantidade de homens de prestígio. Se opondo fortemente a doutrina pró-restrição na procriação, Galton acreditava que se o número de nascimentos entre a população diminuísse, certamente a quantidade de sábios e talentosos diminuiria também [Kevles, 1983].

Em seu livro “In The Name Of Eugenics”, o historiador da ciência Daniel Kevles afirma que Francis Galton ao ler “A Origem das Espécies” de seu primo Charles Darwin, acreditava que “a doutrina científica da evolução destruía a doutrina religiosa da queda da graça. Ele se apropriou de Darwin para argumentar que o homem, ao invés de estar decaindo de um estado mais elevado, estava “rapidamente ascendendo de um estado inferior.”” A ideia de Galton era que a eugenia apenas aceleraria um processo natural da natureza, e essa ideia se tornou sua nova religião [Kevles, 1983].

O nome de Francis Galton foi se tornando conhecido no meio científico norte-americano e inglês com a publicação de seus livros e artigos, principalmente após uma menção de seu primo Charles Darwin em um trecho de seu livro “A Descendência do Homem e Seleção Em Relação Ao Sexo”. Porém, suas ideias não foram totalmente aceitas, pois rejeitavam completamente a atuação de Deus em conceder inteligência a todos os seres humanos, além de pensarem que suas ideias de casamentos planejados seria muita interferência na liberdade e santidade do casamento [Kevles, 1983].

Em 1901, juntamente de Karl Person e Walter Weldon, Francis Galton iniciou a revista “Biometrika”, na tentativa de unir duas áreas da ciência, a biologia e a estatística, numa área que posteriormente ficou sendo conhecida como biométrica (ou bioestatística).

Walter Weldon foi o criador da bioestatística. Por muitos anos Walden trabalhou com a morfologia dos animais marinhos, mas aos poucos, a estatística de Galton chamou a sua atenção, e ao lado de Karl Pearson, seu colega na University College London, começou a elaborar diversas leis estatísticas que explicariam questões na natureza [Kevles, 1983].

Pearson foi um grande matemático, e posteriormente, o fundador do primeiro departamento de estatística no mundo na University College London e suas contribuições para a área foi muito importante. A revista “Biometrika” ainda existe, e a bioestatística em si é muito utilizada ainda nos dias de hoje, no que chamamos de epidemiologia e nos planejamentos de saúde pública. Além disso, diversas áreas da bioquímica, biologia molecular, a proteômica, e os estudos da genética só puderam ser desenvolvidos devido aos cálculos estatísticos [Kevles, 1983].

Alguns anos depois, Francis Galton lançaria outra revista de grande impacto na sociedade científica, “The Eugenics Review”. Lançada trimestralmente, a publicação tinha como objetivo manter os membros da “Eugenics Education Society”, a Sociedade Eugênica Britânica, atualizados sobre as discussões realizadas nas reuniões, bem como “dar expressão ao movimento eugênico e posicionar o pensamento eugênico, quando possível, em uma base estritamente científica” [Galton, 1909].

Com a disseminação dos ideais eugênicos, surgiram duas vertentes principais da ideia originada por Galton: a eugenia positiva e a eugenia negativa. A primeira atuava impedindo a reprodução dos indivíduos considerados inadequados, a segunda se preocupava em incentivar os adequados a se reproduzirem, e terem muitos filhos. Francis Galton era a favor da eugenia positivista, como descrito anteriormente, mas cada país que adota os princípios da eugenia incorporava essa teoria de maneira diferente [Kevles, 1983].

2.5 AS SOCIEDADES EUGENICAS

Em 1907, em Londres, foi criada a primeira sociedade de eugenistas, a Eugenics Education Society (EES), que inauguraria os círculos de debates e divulgação dos trabalhos na área de hereditariedade humana. Inicialmente, seria um ramo da Liga pela Educação Moral

(LEM), mas após algum tempo, foram separadas, apesar de diversos membros da LEM participarem da EES [Searle, 1976].

Em 1908, as reuniões da EES já contavam com um público de duzentas pessoas “influentes”, um dos líderes da Sociedade Britânica era Leonard Darwin, o oitavo filho de Charles Darwin. Em 1910 a Sociedade lançava o seu periódico, o *Eugenics Reviews* e em 1911 se iniciaram os preparativos para a Conferência Internacional de Eugenia sediada em Londres em julho de 1912 [Searle, 1976].

A Primeira Conferência Internacional de Eugenia foi um sucesso. Atraiu grandes nomes da área científica e política da Europa e da América. Foram feitas mais de oitocentas inscrições, além daqueles que participara de somente um dos seis dias de congresso. Muitos artigos e estudos foram apresentados no encontro, o que serviu para reforçar ainda mais a credibilidade do movimento eugenista como um braço da ciência genética [Searle, 1973].

Todos os documentos apresentados na Conferência tinham um caráter bem prático, afinal a eugenia é uma ciência aplicada. Muitos estudos estatísticos sobre alterações nas características hereditárias dos filhos devido a fatores como altura dos pais, idade dos pais no momento da concepção, entre outros fatores, foram expostos durante a semana [Pearl, 1908].

Em 1914, a EES já havia alcançado cerca de 630 filiações, mas mais importante do que a quantidade de membros era o calibre intelectual e prestígio social de seus membros. A maior parte dos biólogos e geneticistas aderiu a Sociedade, o que representava a grande credibilidade que a Sociedade e a própria eugenia tinham no meio intelectual.

As sociedades e grupos de debate não se restringiram só ao continente europeu. Em 1906, em Michigan, nos Estados Unidos, foi criada por J. H. Kellhog a Race Betterment Foundation (Fundação do Aprimoramento Racial), com o apoio financeiro de grandes corporações americanas como a Fundação Rockefeller, o Instituto Carnegie e a Companhia Ferroviária Harriman . Cinco anos depois, o renomado zoólogo Charles Davenport criou em Nova York, o *Eugenics Record Office* (ERO). A finalidade do ERO era recolher dados de milhares de famílias. Após alguns anos de coleta de informações, o ERO liberou um documento afirmando que os “inadequados” tinham um contexto social e econômico pobres.

O instituto propôs então a esterilização de milhares de indivíduos considerados inadequados, além da restrição da imigração para os Estados Unidos [Black, 2003].

A disseminação dos ideais eugênicos nos Estados Unidos foi impressionante. Em 1928, cerca de 380 cursos de graduação já possuem a eugenia em seus currículos. Isso significa que, aproximadamente, 20.000 alunos do ensino superior foram instruídos na teoria eugênica [Selden, 2005].

No ano de 1907, o estado de Indiana aprovou a primeira lei de esterilização compulsória de “inadequados” no mundo. Nos anos seguintes mais da metade dos estados norte-americanos já tinham adotado legislações semelhantes. Cerca de sessenta mil cidadãos americanos foram esterilizados por terem doenças venéreas, doenças neurológicas, indivíduos cegos, surdos, epiléticos, com deficiências físicas, negos, índios, ou considerados inadequados para a reprodução [Selden, 2005].

Apesar do programa de esterilização compulsória ter se tornado muito popular e aceitado – cerca de 2/3 da população norte-americana concordava com a esterilização de indivíduos “mentalmente inabilitados”, 63% concordava com a esterilização de criminosos e apenas 15% se opunham a qualquer tipo de esterilização -, o programa de eutanásia também proposto pelos eugenistas não alcançou o mesmo sucesso e a eutanásia não pode ser praticada legalmente. Contudo, durante os anos 30 do século XX, muitos filmes e programas de televisão apresentavam os “assassinatos por misericórdia” como uma atitude solidária e compassiva mediante as injúrias que a vida de indivíduos inaptos trazia [Selden, 2005].

O Reino Unido e os Estados Unidos foram, além da Alemanha, os países mais eugenistas. Diversas medidas de saúde pública foram baseadas nos ideais eugenistas até a Segunda Guerra Mundial nesses países, mas essas práticas não ficaram restritas a esses países. Bélgica, Brasil, Canadá e Suécia são grandes exemplos de implementação de medidas eugênicas, geralmente através de esterilizações compulsórias, regulação da imigração e controle de casamentos inter-raciais. As sociedades eugênicas se espalharam por muitos países e foram realizadas mais duas Conferências Internacionais (1921 e 1932) nos Estados Unidos [Stepan, 2005]. Os ideais eugênicos tinham o selo científico e se mostravam uma medida eficiente de saúde pública até o início da Segunda Guerra e o Holocausto, quando a

Alemanha mostrou ao mundo o poder destrutivo dessa má ideia. A eugenia na Alemanha e o seu caráter antissemita serão discutidos mais a frente.

3 ASCENSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO NAZISMO

Para entender os rumos que a eugenia tomou na Alemanha nazista é preciso ir além dos estudos sobre a 2ª Guerra Mundial. Para isso, vamos analisar nesse capítulo de forma resumida, como a ascensão do partido Nacional-Socialista no contexto de crise na Alemanha foi essencial para que a eugenia se manifestasse dessa maneira naquele país.

3.1 O TRATADO DE VERSALHES E A ALEMANHA PÓS-PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Desde a unificação em 1871, a Alemanha contava com um governo imperial parlamentar, onde o Parlamento era liderado por um chanceler. Porém, este cargo não era preenchido de acordo com uma votação popular, era ocupado por um homem indicado pelo próprio imperador. Dessa forma, a vontade do imperador continuava sendo soberana apesar de existir um chanceler que poderia limitar as ordens do imperador. Com a eclosão da I Guerra, no entanto, o imperador foi perdendo seu poder na medida em que seus aliados – os altos funcionários públicos, os grandes proprietários e a alta burguesia – perdiam força política e econômica também. Por isso, foi proposta a formação de um novo governo que fosse capaz de defender os interesses alemães durante a elaboração do acordo de paz [Mello, 1996].

No final de 1918, o parlamento que era formado por uma maioria de representantes socialdemocratas, iniciou algumas mudanças na Constituição do Império. Essa reforma estabelecia maior poder de decisão ao parlamento, e submetia as decisões do imperador à bancada social democrata e progressista. Essa proposta, no entanto, não abrangia grandes reformas sociais, e não pode conter a insatisfação popular [Mello, 1996].

A Guerra deixou um rastro de destruição, com mais de 1, 8 milhão de vítimas nos campos de batalhas, além de inúmeras outras que foram mutiladas e se tornaram inválidas. As filas para assistência do sistema previdenciário, assim como as filas dos desempregados, eram gigantescas. As fábricas estavam destruídas, as plantações

desapareceram, bem como a estabilidade econômica que a Alemanha vinha alcançando desde a 2ª Revolução Industrial [Mello, 1996].

Após a derrota da Alemanha na 1ª Guerra Mundial grande parte do povo alemão esperava que o acordo de paz fosse baseado nos 14 pontos propostos pelo presidente americano Woodrow Wilson, que consistia basicamente na abolição da diplomacia secreta, eliminação das barreiras econômicas entre as nações, limitação dos armamentos nacionais "ao nível mínimo compatível com a segurança", evacuação de territórios ocupados e restituição de terras conquistadas, além do estabelecimento de uma Liga das Nações, órgão internacional que atuaria monitorando a situação na Europa a fim de evitar novos conflitos. Essa proposta não impunha nenhum tipo de sanção para os derrotados já que primava pelo ideal de paz "sem vencedores nem vencidos", apenas a perda de alguns territórios alemães [Snell, 1954].

Em 28 de junho de 1919, o ministro do exterior alemão Hermann Müller assinou o acordo de paz na cidade de Versalhes, na França. A Alemanha perdeu a Salésia Superior, parte da Prússia Ocidental, Danzig e Memel. Além disso, o Sarre e a Renania seriam ocupados por um longo período. O exército foi reduzido a um efetivo de, no máximo, 100 mil soldados, sem nenhum avião militar, submarino ou tanque. Cerca de 90% da marinha Mercadante teve que ser entregue. Financeiramente o prejuízo foi ainda pior: foi imposto a Alemanha o pagamento anual de 40 milhões de toneladas de carvão e uma indenização de 269 bilhões de marcos aos países vencedores, dívida esta que só foi quitada em outubro de 2010. O artigo 231 foi uma das principais causas da fúria alemã contra o Tratado: nele se exigia que a Alemanha e seus aliados pagassem pela guerra que tinham começado, culpava-se, quase exclusivamente, a Alemanha por tudo o que tinha acontecido [Kitchen, 2013].

Após inúmeras disputas entre o Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha (USPD) e o Partido Socialdemocrata da Alemanha (MSPD), a República de Weimar foi instaurada em 6 de fevereiro de 1919. Finalmente foi estabelecida sobre a Alemanha uma democracia, onde os representantes eleitos tinham poderes reais. A Constituição criada para o sistema democrático tentava contemplar características do sistema parlamentar europeu e do sistema presidencialista norte-americano. A Alemanha passou a ser uma República parlamentar, federalista e democrática, com o presidente eleito pelo voto universal e direto. As funções do poder executivo eram exercidas pelo Chanceler ou Primeiro

Ministro nomeado pelo presidente. A Constituição de Weimar fixava, entre outras coisas, o voto a todos os homens e mulheres acima de 20 anos. Os cidadãos eram responsáveis por escolher os parlamentares que os representariam. O chanceler e o seu gabinete precisavam ser aprovados pelo Parlamento (Reichstag) para assumir o poder, além do apoio dos parlamentaristas para se manter lá [Mello, 1996].

Em 12 de setembro de 1919, Adolf Hitler, um ex-combatente do exército alemão se tornou membro de um pequeno partido recém-fundado chamado de Partido Trabalhista Alemão. As propostas iniciais do partido eram relacionadas ao bem-estar do povo, a um espírito de pertencimento nacionalista, a não aceitação do Tratado de Versalhes e a exclusão dos judeus da sociedade alemã. No ano seguinte, o partido ganhou um novo nome, Partido Nacional- Socialista dos Trabalhadores Alemães (National-Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei) do qual se originou, em alemão, a sigla NAZI. Os nazistas acusavam os judeus, os marxistas e os estrangeiros, de serem os causadores da grave crise alemã. Uma característica marcante do partido era a existência de um grupo paramilitar, que atuava protegendo as reuniões do partido e impedindo as reuniões de outros partidos [Lerner, 2009].

3.2 A ECONOMIA ALEMÃ NA REPÚBLICA DE WEIMAR

Em 1918, logo após o fim da Guerra, a economia alemã estava completamente destruída. A produção industrial se reduziu a 57% durante a Guerra e a produção a 50%. Na tentativa de equilibrar a economia durante a Guerra, o governo aumentou exponencialmente a emissão monetária, o que gerou o problema da hiperinflação [Lerner, 2009]. A desigualdade era visível, enquanto a maioria dos alemães sofria com a fome e a pobreza, uma pequena minoria – os banqueiros e a burguesia financeira – se beneficiava através da especulação, aumentando ainda mais os níveis de inflação [Mello, 1996].

Nesse cenário de uma grave crise financeira, a República tentava se consolidar. O governo, em 1923, conseguiu empréstimos com os Estados Unidos para investir em transporte e comunicação. A maior parte da população recebia o bônus desemprego, equivalente a 2, 5 bilhões de marcos por semana, mas o pão, por exemplo, custava cerca de 1, 5 bilhão de marcos [Mello, 1996]. Segundo teóricos, nesse mesmo ano, o dólar valia 8 bilhões

de marcos, e a inflação atingiu a taxa de 30.000% por mês [Lerner, 2009]. Na tabela a seguir é possível ver o disparo do valor do dólar no período pré-Primeira Guerra e depois do estabelecimento do Tratado de Versalhes.

PERÍODO	VALOR EQUIVALENTE A 1 DÓLAR
1914	4 marcos
1920	84 marcos
Janeiro de 1922	186 marcos
Junho de 1922	401 marcos
Janeiro de 1923	7.260 marcos
Julho de 1923	260.000 marcos
Setembro de 1923	13 milhões de marcos
Novembro de 1923	4 bilhões de marcos

Tabela 3: Variações no valor do marco em comparação ao dólar de 1914 a novembro de 1923.

Nesse cenário de miséria e descontentamento, uma parte do partido nazista liderada por Adolf Hitler iniciou um golpe em novembro de 1923, que ficou conhecido como o “Golpe da Cervejaria”. Eles planejavam tomar o poder em Munique, e, a partir de lá, ganhar apoio de toda a população acusando os capitalistas e os judeus de se unirem contra a República. A iniciativa foi reprimida, o golpe falhou, e Hitler acabou sendo condenado a

cinco anos de prisão. O líder nazista foi liberto após nove meses, mas nesse curto período ele escreveu a primeira parte de sua autobiografia *Mein Kampf*, que se tornaria mais tarde o seu panfleto político, onde expunha suas convicções acerca da supremacia da raça ariana, a necessidade da união de todo o povo germânico contra o comunismo e a eliminação dos judeus do meio da sociedade alemã [Lerner, 2009].

Nos anos seguintes, a Alemanha começou a crescer e a se estabilizar. Com uma boa política internacional, o governo da República de Weimar conseguiu a redução da indenização pelo Tratado de Versalhes, bem como a retirada das tropas estrangeiras da Renania antes do tempo previsto. A Alemanha foi admitida na Sociedade das Nações, conseguiu crédito americano, criou uma nova moeda, o *rentenmark*, que era sustentada basicamente pelo capital inglês e americano. A economia passou por um processo de monopolização do capitalismo, mas também por um grande crescimento, em 1929 a produção industrial havia crescido 113% em relação a 1913 [Lerner, 2009].

3.3 A CRISE DE 1929 E A ASCENSÃO DE HITLER AO PODER

No dia 24 de outubro de 1929, a bolsa de Nova York quebrou devido a uma gigantesca especulação, que gerou uma oferta muito maior do que a demanda. A economia norte-americana que até então parecia imbatível e ilimitada, se viu em crise. O problema, porém não se deteve no continente americano e atingiu rapidamente os países europeus que contavam com o investimento estadunidense para implementar medidas que promoviam vínculos empregatícios ao mesmo tempo em que restaurava estradas, hospitais e escolas destruídos pela Guerra [Lerner, 2009].

Na Alemanha não foi diferente. Sem os créditos concedidos pelos Estados Unidos, o país se via incapaz de pagar as indenizações, as indústrias não encontravam mercado para os seus produtos e o desemprego logo atingiu também o povo alemão. Cerca de 1 milhão de pessoas perderam o emprego nesse ano. Em 1930 o número de desempregados atingia os 3 milhões, e no ano seguinte, os 6 milhões. A classe média estava completamente falida, assim como os camponeses. O sentimento extremista dominava a Alemanha, e os judeus foram identificados como os representantes da ganância e usura que provocavam a

crise no país. O historiador Eric Hobsbawm (1995) descreve o impacto que a crise de 29 não apenas sobre a economia alemã, mas também sobre a visão política da população e as implicações dessas mudanças na escolha do rumo a ser seguido.

Na Alemanha, o duplo golpe da grande inflação, que reduziu o valor da moeda a zero, e da posterior Grande Depressão radicalizou até mesmo camadas da classe média como as dos funcionários públicos médios e altos, cuja posição parecia segura, e que em circunstâncias menos traumáticas estariam satisfeitos em continuar como patriotas no velho estilo, nostálgicos do kaiser Guilherme, mas dispostos a cumprir seu dever com uma República encabeçada pelo marechal de campo Hindenburg, caso ela não estivesse visivelmente desmoronando sob seus pés.

O partido Nacional-Socialista teve um crescimento extremamente rápido, e com números impressionantes: em 1928 o partido contava com 400.000 membros, em 1930 o número de afiliados passou para 1,5 milhão. Em 1932, diversas empresas capitalistas deram apoio financeiro ao partido de Hitler, temendo o crescimento comunista [Lerne, 2009]. Hobsbawm (1995) sintetiza novamente os fatores que colaboraram para a ascensão do partido.

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultrarradicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-2, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitler em 1932-3. Essas, pelo mesmo princípio, foram as condições que transformaram movimentos da direita radical em poderosas forças organizadas e às vezes uniformizadas e paramilitares (squadristi; as tropas de assalto), ou, como na Alemanha durante a Grande Depressão, em maciços exércitos eleitorais.

Em março de 1932 Hitler se candidatou a presidência e obteve 30% dos votos. Hindenburg, o presidente da época, conseguiu a reeleição com 49%. Porém, em janeiro de 1933, temendo a vitória do partido comunista, o presidente Hindenburg nomeou Adolf Hitler como Chanceler da Nação Alemã, o cargo mais alto da política.

Em fevereiro de 1933, o Partido Comunista foi fechado após ser acusado pelo incêndio do Reichstag, a sede do Parlamento alemão. Até hoje não se conhece a real autoria do crime, mas grande parte dos historiadores acredita que o incêndio foi providenciado pelo partido nazista para proibir a atuação legal dos comunistas na Alemanha [Caetano, 2010].

No dia 23 de março do mesmo ano, o Parlamento concedeu a Hitler plenos poderes e, com a morte de Hindenburg em agosto do ano seguinte, Adolf acumulou os cargos de presidente e chanceler. No dia 19 de agosto de 1934 Adolf Hitler foi nomeado o Führer da Alemanha após a realização de um plebiscito com 90% da população alemã apoiando o líder nazista [Lerner, 2009]. Segundo Hannah Arendt,

A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas.

Iniciou-se então um processo de nazificação da Alemanha. Estabeleceu-se o unipartidarismo e o Estado passou a exercer um controle rígido sobre todas as esferas. Adolf Hitler começou a política expansionista nazista, que era intitulada de “espaço vital”.

A teoria do espaço vital propunha, basicamente, que toda a sociedade, em um determinado grau de desenvolvimento, deve conquistar territórios onde as pessoas são menos desenvolvidas. Isso justificava, além da retomada de terras perdidas no Tratado de Versalhes, a expansão sobre outros territórios na Europa e até mesmo sobre o norte da África. Essa teoria não era nenhuma novidade, no final do século XIX, de fato já pairava sobre a Alemanha um movimento político denominado Pangermanismo, que propunha a união dos povos germânicos da Europa sob uma nação. Esse movimento foi, de certa forma, ainda mais reforçado com a unificação da Alemanha.

O pangermanismo previa a unidade integral dos germanos do mundo todo, contemplando aqueles que encontravam fora da pátria e combatendo as minorias nacionais. Além disso, tinha como objetivo também estender a proteção aos germanos no exterior segundo o *Jus Sanguinis*. Este é um termo representa o “direito de sangue”, onde a nacionalidade é reconhecida de acordo com ascendência, não pelo local de nascimento. O *Jus Sanguinis* foi interpretado durante o nazismo como argumento para a ampliação do território.

Se o território de um povo se torna insuficiente e esse povo deseja troca uma terra infértil por uma terra fértil, ele deve expandir e tomar o território vizinho, expulsando os povos ali nascidos. Em julho de 1913 foi promulgada uma lei alemã denominada Reich-und-Staatsangehörigkeitsgesetz, que garantia a naturalização alemã aos filhos de alemães e aos alemães naturalizados em outras nacionalidades [Santana, 2003]. Nas palavras do próprio Hitler [1883],

A Áustria alemã deve voltar a fazer parte da grande Pátria germânica. [...] Povos em cujas veias corre o mesmo sangue devem pertencer ao mesmo Estado. Ao povo alemão não assistem razões morais para uma política ativa de colonização, enquanto não conseguir reunir os seus próprios filhos em uma pátria única.”

Em uma análise do livro *Mein Kampf*, autobiografia de Hitler, Thiago Caetano afirma que o nacional-socialismo se caracteriza pelo “nacionalismo extremado, autoritarismo, racismo, antissemitismo, belicismo, anticomunismo, antiliberalismo, antiparlamentarismo e anti-individualismo” [2010].

3.4 A IDEOLOGIA NAZISTA NO TERCEIRO REICH

A partir de *Mein Kampf*, obra autobiográfica de Hitler, analisaremos a partir de agora como os conceitos de raça, povo, semitismo, Estado, cidadania, entre outras categorias importantes na formação do Partido Nacional-Socialista, durante o Terceiro Reich, sob a ideologia nazista.

Algumas características essenciais na composição do Estado durante o período nazista são o totalitarismo, o antiliberalismo, o militarismo, o anticomunismo, o nacionalismo extremado e o racismo. Essas características serão discutidas durante a análise de alguns capítulos de *Mein Kampf*.

3.4.1 Povo e Raça

No capítulo em que denominado “Povo e Raça”, Hitler expõe sua teoria acerca da pureza racial, utilizando, de forma bem distorcida, vale ressaltar, a teoria darwinista e as leis da genética para defender a superioridade ariana. O líder nazista acreditava que o grande erro da humanidade era ignorar um dos princípios básicos da natureza: o isolamento entre espécies. Ao longo de diversos parágrafos ele afirma que em condições normais, cada animal só se associa a um companheiro da mesma espécie. Em situações extraordinários onde, por alguma força externa, o indivíduo era forçado a cruzar com um indivíduo de outra espécie, a própria natureza se encarregava de reparar essa anormalidade gerando uma cria estéril, e, geralmente, menos resistente a doenças e ataques de predadores. Isso seria então uma clara demonstração de que a natureza não estava de acordo com aquele cruzamento, já que o indivíduo gerado seria facilmente eliminado e não representaria, portanto, nenhuma vantagem para a espécie. Dessa forma, Hitler [1983] declara que

O papel do mais forte é dominar. Não se deve misturar com o mais fraco, sacrificando assim a grandeza própria. Somente um débil de nascença poderá ver nisso uma crueldade, o que se explica pela sua compleição fraca e limitada.

Utilizando esse discurso que não apenas estabelece diferentes raças dentro da espécie humana, mas também as classifica hierarquicamente, Hitler “comprovou” que a raça ariana seria superior a todas as outras, e por isso não deveria ser contaminada com os genes degenerado dos outros povos. Segundo ele, vigora em toda a natureza a tendência à purificação racial, e essa tendência não deve ser driblada por sentimentos humanitários ou compaixão por uma raça inferior. Para o líder nazista, era abominável para a natureza a degeneração de uma raça superior por uma inferior. “Isso se traduziria em um golpe quase mortal dirigido contra todo o seu trabalho ulterior de aperfeiçoamento, executado talvez através de centenas de milênios” [Hitler, 1983].

Hitler faz uma comparação entre os povos da América do Norte, a América Central e do Sul, onde o primeiro é o exemplo de um povo que praticamente não se misturou com os nativos e possuem muito mais “humanidade e cultura” do que os últimos. Na América Latina, os imigrantes europeus se fundiram com os povos originais e com isso viram sua dominação pelos vizinhos que optaram por não se misturar e manter a pureza do sangue

germânico. “Está provado que não são guerras perdidas que exterminam os homens e sim a perda daquela resistência, que só o sangue puro oferece” [Hitler, 1983].

O líder nazista resume sua teoria acerca da mistura de raças em dois postulados:

1. O cruzamento entre espécies resulta sempre no rebaixamento da raça mais forte;
2. Esse rebaixamento provoca um regresso físico e intelectual e inicia uma doença que progride lentamente.

Ele ainda condena os judeus por criarem a máxima pacifista “O homem vence a própria Natureza!” que seria a demonstração da ignorância do homem que acredita que pode contrariar as leis da natureza e sair ileso. Hitler afirma que a paz porém, só poderá ser alcançada com a dominação do povo germânico, e essa dominação deve se alcançar ainda que o preço seja uma guerra. “Primeiro, a luta, depois o pacifismo”, segundo palavras do próprio líder. A guerra seria um mal necessário para se atingir o ápice da humanidade, “Quem desejar viver, prepara-se para o combate, e quem não estiver disposto a isso, neste mundo de lutas eternas, não merece a vida” [Hitler, 1983].

A raça ariana deveria assumir seu papel de dominante e conquistar todos os outros povos para evitar sua destruição pela contaminação inter-racial.

Se a humanidade se pudesse dividir em três categorias: fundadores, depositários e destruidores de Cultura, só o Ariano deveria ser visto como representante da primeira classe. Dele provêm os alicerces e os muros de todas as criações humanas, e os traços característicos de cada povo em particular são condicionados por propriedades exteriores, como sejam a forma e o colorido. É ele quem fornece o formidável material de construção e os projetos para todo progresso humano [Hitler, 1983].

Os arianos são, afirma o fùhrer, o expoente do desenvolvimento da humanidade, mas ele não despreza completamente as outras raças, afinal “A cultura básica da humanidade se apoiou menos no animal domesticado do que na utilização de indivíduos inferiores”. Assim, os outros povos conseguiriam atingir o propósito para o qual foram criados se fossem comandados pela raça ariana.

O maior dom do ariano porém, não era a elevada capacidade intelectual, e sim o idealismo, que seria o oposto do egoísmo. Hitler considerava de extrema importância mostrar aos alemães que, apenas ser uma raça superior não seria o suficiente, era preciso que eles se unissem e se diluíssem no “corpo social”, a fim de alcançarem os objetivos do povo germânico. Para a ideologia nazista, o individualismo era algo muito prejudicial. Era preciso que todos sacrificassem a sua individualidade para alcançar a unidade.

Hitler reconhece porém, que as outras raças apesar de serem inferiores, possuem um instinto de sobrevivência muito aguçado, e uma vontade de viver maior ainda. Ele cita o exemplo dos judeus, que seria a maior ameaça aos arianos. “O judeu é que apresenta o maior contraste com o ariano. Nenhum outro povo do mundo possui um instinto de conservação mais poderoso do que o chamado ‘Povo Eleito’”. Hitler então passa a condenar a atitude dos judeus e mostra por que eles não são a raça dominante.

O judeu só conhece a união, quando ameaçado por um perigo geral ou tentado por uma filhagem em comum; desaparecendo ambos estes motivos, os sinais característicos do egoísmo mais cru surgem em primeiro plano, e o povo, ora unido, de um instante para outro transforma-se em uma chusma de ratazanas ferozes.

Se os judeus fossem os habitantes exclusivos do Mundo não só morreriam sufocados em sujeira e porcarias como tentariam vencer-se e exterminar-se mutuamente, contanto que a indiscutível falta de espírito de sacrifício, expresso na sua covardia, fizesse, aqui também, da luta uma comédia. É pois uma idéia fundamentalmente errônea, querer enxergar um certo espírito idealista de sacrifício na solidariedade do judeu na luta ou, mais claramente, na exploração de seus semelhantes, Aqui igualmente o judeu não é movido por outra coisa senão pelo egoísmo individual nu e cru. Por isso mesmo, o Estado judaico - que deve ser o organismo vivo para a conservação e multiplicação da raça - não possui nenhum limite territorial.

Os judeus eram um povo sem terra, sem nação. Em seu discurso antissemita, o líder do partido nazista afirma que o fato de os judeus não terem um Estado territorial limitado não os tornava um povo nômade, pois isso implicaria a existência de um espírito propenso ao trabalho – algo que, segundo Hitler, os judeus não tem -, os judeus seriam então parasitas, que mudam de domicílio frequentemente porque são expulsos pelos povos que os abrigam e que

são explorados por eles. Hitler prossegue dizendo que, ao encontrar um terreno propício, os eles se propagam e exterminam o povo hospedeiro [Hitler, 1983].

Em citação a Schopenhauer, o führer afirma que "O judeu é o grande mestre na mentira", e que a vida impele o judeu a mentir incessantemente. A primeira mentira contada pelos judeus, segundo o autor de Mein Kampf, seria a que o judaísmo é apenas uma crença religiosa e não a representação de um povo. Hitler prossegue fazendo uma longa lista onde expõe todo o plano judeu, desde a sua chegada às terras da Europa Central e Setentrional, durante o período da primeira formação dos Estados Germânicos, até 1914, quando o partido comunista tentou instaurar um regime socialista na Alemanha. Segundo o líder do partido nazista, o liberalismo e o comunismo são invenções judaicas para iludir os povos aspirantes à justiça social, "A luta judaica não consiste unicamente na conquista econômica do mundo, mas também na dominação política".

Ele continua sua lista de acusação declarando que o plano semita de dominação do planeta seria realizado através da degeneração das raças, exceto a sua pró-pia. Os judeus

Envenenando o sangue alheio, zela sobremodo pelo seu próprio. Quase nunca o judeu casará com uma ensli, o inverso se dá entretanto entre o cristão e a judia, os bastardos, apesar disso, só herdam as qualidades do lado judeu, a parte mais nobre degenera completamente. O judeu sabe disso muito bem e empreende, sempre segundo um programa, esta espécie de "desarmamento" da camada dos "lideres" intelectuais de seus adversários de raça. Para mascarar seu modo de agir, e para iludir as suas vítimas, vai falando, cada vez mais, da igualdade de todos os homens, sem considerações de raça nem de cor.

3.4.2 Doutrina, Cidadania e Estado

Na segunda parte de sua autobiografia, Adolf Hitler inicia um capítulo intitulado "Doutrina e Partido", onde é exposto o início do partido e a sua finalidade. Em fevereiro de 1920 o Partido Nacional Socialista apresentou um programa com 25 pontos que exprimiam as propostas e reivindicações do Partido Nacional Socialista Alemão. Resumidas em 10 tópicos principais, essas reivindicações eram:

1. A união de todos os alemães na formação da grande Alemanha baseada na autodeterminação dos povos;

2. Abolição do Tratado de Versalhes;
3. Terra e território para a população alemã excedente;
4. Sangue alemão como requerimento para a cidadania alemã. Nenhum judeu poderia ser membro da nação;
5. Não cidadãos viveriam na Alemanha como estrangeiros apenas, sujeitos a lei dos forasteiros;
6. Apenas cidadãos poderiam votar ou ter um cargo público;
7. O Estado garantiria que cada cidadão viveria decentemente e ganharia o seu sustento. Se fosse impossível prover alimento para toda a população, os forasteiros seriam excluídos²;
8. A partir dali não seria admitida nenhuma imigração de não alemães, e não alemães que chegaram depois de 2 de agosto de 1914 deveriam deixar o país imediatamente;
9. Uma minuciosa reconstituição da educação do país seria realizada. A ciência da cidadania deveria ser ensinada desde o início.
10. Todos os jornais deveriam ser publicados na língua alemã apenas por cidadãos alemães.

Na defesa do ideal *Jus Sanguini*, era inaceitável para os nazistas que alguém pudesse ser considerado cidadão alemão apenas por ter nascido em território alemão. Filhos de estrangeiros que habitavam em território alemão não teriam cidadania alemã, pois isso, “é preciso que se faça a diferença entre os que concorrem para a existência e grandeza da nação e os que residem no país apenas para ganhar a vida” [Hitler, 1983].

O título de cidadão alemão era a maior honra que um indivíduo poderia ter, e essa honra nunca poderia ser alcançada por estrangeiros ou seus descendentes. Nas palavras do próprio Hitler [1983], “Deve ser uma honra maior ser varredor de rua em sua Pátria do que rei em país

² É interessante notar a semelhança com a teoria de Thomas Malthus (1789), que previa um crescimento populacional como uma progressão geométrica, ao passo que a disponibilidade de alimentos e subsídios para a sobrevivência cresceria em uma progressão aritmética. Malthus pregava o controle populacional e rejeitava as políticas assistencialistas, afirmando que esse tipo de medida “promovia a pobreza de geração a geração” [Menegat, 2008].

estrangeiro.” Apenas eram considerados alemães aqueles que recebessem a educação nazista concedida pelo Estado. Os rapazes deveriam servir ao exército e jurar fidelidade ao Estado e ao corpo alemão. As moças alcançavam o título de cidadãs pelo casamento ou através do trabalho honesto. Os cargos públicos porém, não eram acessíveis a qualquer cidadão, o indivíduo deveria se encaixar no perfil de interesse do partido [Caetano, 2010].

Como dito anteriormente, o Estado nazista exigia que os indivíduos se diluíssem no “corpo nacional”, mas na plataforma política do partido, o que se pregava era o fim do individualismo, e não do indivíduo. Adolf Hitler acusava os comunistas de destruírem a individualidade e o poder criativo de cada indivíduo ao proclamar a igualdade de todos os homens. Essa concepção obviamente era inaceitável dentro de um sistema político que estabelecia hierarquia entre as raças [Caetano, 2010].

O próprio posto de führer³ prevê uma diferenciação, um chamado a liderança. De fato, Adolf Hitler em 1925, após ter saído da prisão, foi feito “Partei-und-Oberster-S.A.-Führer, Vorsitzender der N.S.D.A.P.” (Líder supremo do partido e das S.A, presidente do Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores). Esse líder porém, não era insubstituível e intocável, ele permaneceria no poder apenas enquanto atendesse às necessidades do povo alemão e do movimento nacional-socialista [Caetano, 2010].

O Estado na doutrina nazista, não era o fim, mas o meio pelo qual os interesses do povo alemão seriam assegurados e mantidos. O Estado era apenas um instrumento e ele tinha duas missões: preservar e aperfeiçoar a raça, e ampliar o território a fim de comportar todos os membros do corpo social [Hitler, 1983].

O conceito de “socialismo” de Marx era bem diferente do socialismo do N.S.D.A.P., que propunha o coletivo, ou o social, acima do indivíduo. Os judeus, considerados extremamente materialistas, o símbolo da usura e ganância, representavam, por esse motivo, o maior risco para o projeto nazista. Em seu texto sobre “O Direito Nazista” Francisco Caixeta afirma que “Para o pensamento hitlerista, ser socialista é também ser antissemita porque o socialismo se opõe ao materialismo e protege o país” [Caixeta, 2007].

³ Führer: em alemão, o "condutor", "guia", "líder" ou "chefe". Derivado do verbo *führen* "conduzir".

Outra característica importante no Estado nazista é a organização. Adolf Hitler era um homem extremamente meticuloso, e imprimiu isso em seus súditos durante o Terceiro Reich. Todas as medidas tomadas no Holocausto foram racionalmente planejadas, desde o *design* dos uniformes militares à organização dos campos de concentração e câmaras de gás. Segundo Caixeta [2007], “Cada comício nazista era uma demonstração de ordem e harmonia coreografada pelo ditador em pessoa. Ele estava convencido de ser o artista-príncipe que anunciaria a nova civilização clássica”.

Essas doutrinas e ideais nazistas em sua maioria, não representavam algo novo para a sociedade europeia naquele momento. Diversos teóricos afirmam que o nazismo é a consequência de outras cinco ideias que já estavam sendo incutidas na população há muito tempo. Essas cinco ideias-base seriam então o “Carimbo da Ciência”, onde se encontra a teoria eugênica e os ideais de purificação racial e aprimoramento da humanidade; o “Ódio Ancestral” nutrido pelos judeus ao longo dos séculos não só na Alemanha, mas na Europa como um todo; o “Nacionalismo” extremado, que desde Bismarck já pairava sobre a Alemanha; a “Fria Modernidade” nos planejamentos da execução de milhares de pessoas; e, por fim, a “Ilusão de Beleza” de Hitler, que sonhava com uma Berlim monumental e um mundo em harmonia [Caixeta, 2007].

A partir desses ideais então foi colocado em prática o plano antissemita do Partido Nazista, que culminou em dos maiores genocídios da História. No próximo capítulo discutiremos como foram aplicadas as teorias eugênicas na Alemanha durante o Terceiro Reich.

4 EUGENIA NA ALEMANHA E OS EXPERIMENTOS NAZISTAS

O genocídio é definido como a tentativa de destruição de uma nação ou de um grupo étnico por diferentes meios, implicando na negação do direito de existir de um grupo humano assim como o homicídio nega o direito de um indivíduo existir. Segundo Raphael Lemkin, o advogado polonês que cunhou a palavra, o conceito de genocídio envolve também a destruição do patrimônio cultural do grupo em questão. Segundo estudiosos, o genocídio é geralmente uma política pública liderada pelo Estado, tencionando a destruição de um grupo comunitário. O genocídio pode ser resumido em uma expressão de Daniel Feierstein: a administração da morte na modernidade [Carneiro, 2005].

Por isso a eugenia está tão relacionada a esse conceito, pois o que se iniciou com debates sobre aperfeiçoamento da raça e incentivo a reproduções de indivíduos adequados resultou em um dos maiores genocídios da história.

O geneticista e eugenista Ernest Rudin, fala sobre os projetos de higiene racial no Terceiro Reich nos autos do Arquivo de Biologia Racial e Social

Os resultados da nossa ciência já haviam atraído anteriormente muita atenção (contra e a favor) nos círculos nacionais e internacionais. Contudo, eles sempre continuarão sendo as eternas conquistas históricas de Adolf Hitler e seus seguidores que ousaram dar os primeiros e decisivos passos em direção a brilhante conquista de higiene racial no povo e pelo povo da Alemanha. Ao realizar tal feito, eles foram além dos limites do conhecimento puramente científico. Ele e seus seguidores estavam preocupados em colocar em prática as teorias e os avanços das concepções da raça Nórdica... a luta contra raças estranhas e parasitas como os Judeus e os Ciganos... e evitar a procriação de pessoas com doenças hereditárias ou linhagens inferiores. [FREI, 1993]

Muito antes de Adolf Hitler se tornar führer ou até mesmo aderir ao Partido Nazista, os movimentos em prol da higiene racial já eram populares na Alemanha. De fato, em 1905 foi fundada na Alemanha pelo Dr. Ploetz, a Sociedade para a Higiene Racial. A sociedade que contava com o apoio do Império e foi uma das pioneiras no mundo, tinha como alvo alcançar a pureza da raça através da reprodução selecionada e esterilização. Os membros da SHR

eram, em sua maioria, acadêmicos de prestígio no ramo da saúde, antropologia e ciências naturais que se interessavam pelo aperfeiçoamento racial [Müller-Hill, 1993].

A partir do ano de 1908 vamos o início das políticas eugenistas, foi proibido o casamento misto (alemães e nativos) na colônia alemã da África do Sudoeste. Cinco anos mais tarde, o Dr. Eugen Fischer, um dos membros mais influentes da Sociedade para a Higiene Racial, publica o livro *Os Bastardos de Rehoboth e o Problema do Abastardamento do Ser Humano*, onde se tratava a questão dos mestiços da África do Sudoeste. Em 1920, o jurista Prof. Binding e o psiquiatra Prof. Dr. Hoche publicaram o livro *A Permissão Para o Extermínio de Vidas Indignas de Viver*, onde se iniciavam as discussões sobre eutanásia. No ano de 1923, durante seu tempo na prisão de Landsberg, Hitler lê o livro *A Ciência da Hereditariedade Humana e Higiene Racial*, escrito pelos doutores Erwin Baur, Eugen Fischer e Fritz Lenz. A partir dos escritos dos cientistas, o futuro führer elaborou o capítulo sobre Raça e Povo em sua autobiografia *Mein Kampf* [Müller-Hill, 1993].

A Sociedade Imperador Guilherme (Kaiser Wilhelm Society) foi fundada em 1911, com o intuito de promover os estudos das ciências naturais na Alemanha. A fundação tinha diversos ramos, outros institutos voltados para áreas mais específicas subsidiadas por ela. Em 1927, a SIG inaugurou o Instituto Imperador Guilherme de Antropologia, Ciências da Hereditariedade Humana e Eugenia em Berlim, nomeando o Dr. Fischer como diretor [Müller-Hill, 1993].

A SIG que, até então, era uma entidade renomada no campo da antropologia e psiquiatria e, nas palavras de Müller-Hill, “a ponta da lança do progresso científico”, sofreu uma sensível perda a partir de abril de 1933. No dia 7 desse mês foi decretada a Lei da Reforma da Profissão do Funcionalismo Público, que determinava a demissão de todos os servidores e funcionários públicos judeus e meio-judeus. No total, foram demitidos mais de 1.060 funcionários da Sociedade [Müller-Hill, 1993].

Em maio de 1933, o ministro da Justiça do Reich, Gürtner, em debate com seus colegas ministros disse: “Quero pedir a todos que reflitam para encontrar um caminho jurídico com o qual possamos proibir casamentos inter-raciais.”. No ano seguinte, em um encontro de professores universitários foi acordado que “Para manter pura a nossa raça, devemos lembrar que a raça estranha, a raça judia, nos é indesejável”. Em 1935, esse desejo foi realizado com a

promulgação da Lei para a Proteção do Sangue Alemão e da Honra Alemã, onde se proibia os casamentos entre judeus e cidadãos alemães, bem como o relacionamento extraconjugal entre os mesmos, sendo passível de punição de prisão ou trabalho forçado [Müller-Hill, 1993].

Para ser aceito nas tropas da SS (Schutzstaffel) era necessário comprovar a pureza racial. Heinrich Himmler, o comandante das tropas, tornou obrigatória uma autorização para cada casamento dos membros da SS. Essa autorização só era concedida após uma intensa investigação que incluía o exame vaginal da noiva [Müller-Hill, 1993].

As análises de ascendência dos cidadãos porém, eram feitas apenas através de fotografia e não eram capazes de determinar certamente a origem do candidato ao casamento ou ao cargo público. Eram dados “pareceres” sobre as investigações, mas sempre alegando seguir rígidas normas científicas [Müller-Hill, 1993].

4.1 ESTERILIZAÇÕES COMPULSÓRIAS

No dia 14 de julho de 1933, foi implementada a Lei para a Profilaxia da Progenie com Doença Genética, que determinava a esterilização compulsória de indivíduos com imbecilidade congênita, esquizofrenia, loucura circular (maníaco-depressiva), epilepsia hereditária, coréia hereditária, cegueira e surdez hereditária, deformações físicas graves e alcoolismo. Anos antes, durante a República de Weimar, a sociedade eugênica alemã já havia feito uma proposta de lei semelhante, sem sucesso. Havia aqueles que desejavam a ampliação da lei para portadores saudáveis do gene da esquizofrenia. Um projeto com tal magnitude, porém, implicaria uma análise de 10% da população alemã total e esterilização de 5% da população germânica [Müller-Hill, 1993].

A partir dessa lei, os médicos e diretores de instituições hospitalares eram obrigados a preencher formulários oficiais para a esterilização. Esses requerimentos eram decididos por um “tribunal de saúde genética”, composto por um médico do serviço público, um médico “independente” e um juiz. Frequentemente, a pessoa identificada como um possível caso de esterilização só sabia do processo na audiência, onde se decidiria o seu destino. Muitas vezes optava-se por não informar o indivíduo do processo que corria para evitar “inquietações” do doente genético. A vítima não tinha o direito de conferir os autos, a audiência não era pública e o direito à assistência pública poderia ser recusado a qualquer momento [Müller-Hill, 1993].

O projeto ia muito além da simples esterilização dos inadequados, era realizada uma análise e interpretação dos dados. Desejava-se fazer uma documentação biogenética de cada cidadão (alemães arianos, saudáveis e não comunistas) e dos habitantes também (judeus, comunistas, eslavos, ciganos, deficientes mentais, epiléticos, alcoólatras, etc.) pois, segundo o Prof. Fritz Lenz da SIG, “Quem não é doente genético de acordo com a lei, também não é necessariamente saudável do ponto de vista genético e digno de reprodução.” O influente eugenista e geneticista acreditava que apenas uma minoria alemã era apta à procriação ilimitada, tendo em vista o aprimoramento racial [Müller-Hill, 1993].

Em março de 1935, foi deliberado no Centro de Estudos II da Junta Consultiva de Especialistas em Política Populacional e Racial a esterilização de crianças de cor, caso não previsto na lei de 1933. Foram discutidas três possibilidades para esse “problema” da sociedade alemã: ampliação da lei para que abrangesse essas crianças também, deportação desses indivíduos (na realidade era uma expulsão) e esterilização compulsória. Dois anos depois, a chancelaria do Reich decidiu pela esterilização forçada sem fundamento jurídico. As crianças seriam analisadas por doutores e professores universitários e então o veredito seria dado. Cerca de trezentos e oitenta e cinco crianças de cor foram conduzidas pela Gestapo às clínicas nas universidades e foram ali esterilizadas [Müller-Hill, 1993].

Nessa mesma reunião do Centro de Estudos, foi proposto pelo Prof. Rudin, diretor do Instituto Imperador Guilherme de Psiquiatria, que se ampliasse o “círculo de doenças que tornam a esterilização obrigatória”. A partir de então, as “vidas de peso morto” e todos os “psicopatas que tenham defeitos éticos graves ou sejam moralmente desajustados” e a “imensa multidão de criminosos irrecuperáveis” passaram a ser alvos da política de esterilização do partido nazista. Além disso, foi proposto em 1938 que esses anti-sociais fossem não apenas esterilizados, mas “guardados”, a fim de evitar a disseminação de doenças venéreas. Após quatro meses, o Ministro do Interior do Reich explicou o projeto de “guarda e assistência” a esses indivíduos: “campos de concentração do Estado, onde possam realizar um trabalho produtivo e útil para a comunidade com enérgica vigilância” [Müller-Hill, 1993].

Segundo o Ministério da Justiça do Reich, no ano de 1934, 62.463 pessoas foram esterilizadas. Nos anos seguintes, os dados sobre esterilização compulsória não foram divulgados, mas hoje se sabe que em 1935 foram 71.760 feitas estéreis e no ano seguinte,

mais 64.646 vítimas. O programa de esterilização foi encerrado com o “6º decreto de execução” em 1939, que proibiu as cirurgias esterilizantes até o final da guerra. Estima-se que o número de pessoas esterilizadas nesse período tenha sido entre 350 mil e 400 mil [Müller-Hill, 1993].

4.2 PROGRAMAS DE EUTANÁSIA

O conceito de “vidas indignas de viver” já era debatido na Alemanha desde o início do século XX. No início da década de 1920, os hospitais psiquiátricos eram, na verdade, instituições de internamento, onde não se aplicava nenhum tipo de terapia aos pacientes. Iniciou-se então um programa de trabalho compulsório não remunerado nessas instituições. Essa prática ganhou o nome de “terapia do trabalho”, e rendeu muitos lucros. Nos anos 30, foram adotados os tratamentos de choque com eletrochoque, insulina e cardizol. Os hospitais psiquiátricos se assemelhavam muito aos campos de concentração [Müller-Hill, 1993].

Ainda na década de 1930, já havia diversas instituições que permitiam a morte de seus pacientes por fome ou doenças tendo em vista que não havia ainda uma legislação que permitisse a eutanásia. Em 1939, no 1º dia de setembro, quando Hitler autorizou o ataque contra Polônia e iniciou a Segunda Guerra Mundial, foi liberada também uma carta do fúhrer que legalizava a eutanásia. Foram designados médicos que avaliariam formulários preenchidos por psiquiatras de todos os institutos alemães. Foram analisados cerca de 283mil formulários, pelo menos 75 mil receberam o símbolo da cruz, que representava a “necessidade” de morte [Müller-Hill, 1993].

Em 1940, o Reich criou uma junta para definir qual grupo de criança com doenças cerebrais seria incluído no programa de eutanásia, alguns anos depois, essa junta também decidiu pela morte de “esquizofrênicos sociais” e “adolescentes imbecis” [Müller-Hill, 1993].

Em seu artigo “Hitler’s Unwanted Children”, Sally Rogow descreve quem eram esses adolescentes imbecis. No início dos anos 30 havia na Alemanha nazista, jovens que se recusavam a participar dos grupos da juventude nazista, eles se reuniam e formavam seus próprios grupos. Os dois maiores grupos eram os Edelweiss Pirates e o Swing Movement. O primeiro era um grupo de filhos de trabalhadores alemães que não concordavam com as diretrizes do partido Nacional-Socialista e provocavam brigas nas ruas com as gangues

nazistas. Já o Swing Movement era um movimento dos filhos da classe média e alta, que eram apolíticos e gostavam do jazz americano. Esses jovens usavam cabelos compridos, admitiam judeus em seu meio e se recusavam a participar das atividades da juventude nazista. Em 1944, mais de mil e duzentos jovens haviam sido encarcerados no Campo de Proteção a Juventude Moeringen. Uma parcela bem pequena desses jovens foi liberada, quando eles atingiam os 18 anos, eram enviados às instituições psiquiátricas e muitos deles foram atingidos pela lei da eutanásia [Rogow, 1998].

As “mortes misericordiosas” nas principais cidades alemãs eram feitas em câmaras de gás (monóxido de carbono). Na Pomerânia e na Prússia Ocidental, porém, eram realizados fuzilamentos para eliminar os doentes mentais. Os pacientes judeus eram conduzidos ao campo de extermínio de Chelмно, localizado na Polônia, para então serem assassinados [Müller-Hill, 1993].

4.3 A SOLUÇÃO FINAL

É importante entender que a eugenia atuou como selo científico das ações antisemitas durante o início do nazismo, mas a partir de determinado momento, as motivações de aprimoramento da raça foram deixadas em segundo plano e o plano de extermínio do povo judeu se tornou prioridade. Ao alcançar uma considerável hegemonia na Europa, os nazistas adotaram uma postura de “agentes da limpeza racial” não só da Alemanha, mas de toda a Europa, e agiam “livrando” o continente dos “parasitas” judeus.

No dia 24 de novembro de 1938, três semanas depois da Noite dos Cristais⁴, foi emitida uma declaração no jornal das SS que dizia

De agora em diante vamos proceder à solução total da questão judaica. O programa é claro: segregação completa, segregação total! O que significa isso? Significa não apenas o desligamento dos judeus da economia alemã (...) significa muito mais! Não se pode exigir de nenhum alemão que continue vivendo com os judeus sob o mesmo teto. Portanto, os judeus devem se expulsos de nossas casas e de nossos quarteirões e

⁴ Noite dos Cristais: Kristallnacht no alemão, é o nome dado aos violentos atos da noite de 9 de novembro de 1938. Diversos membros da SA estavam à paisana, incentivando o levante da Juventude Hitlerista, dos membros do N.S.D.A.P. e a população alemã a destruírem sinagogas, lojas e casas de judeus. Mais de 30.000 judeus são presos, 200 são assassinados [Evans, 2005].

levados para ruas ou prédios de apartamentos onde fiquem isolados e tenham o menor contato possível com os alemães. Eles devem se claramente marcados... E, se forçarmos os judeus ricos a sustentarem seus companheiros de aça “pobres”, coisa que será necessária (...) todos eles mergulharão na criminalidade... Caso ocorra tal desenvolvimento, nos defrontaremos com a dura necessidade de exterminar o submundo judaico da mesma forma como cuidamos de expulsar os criminosos de nosso estado: a ferro e fogo. O resultado será o final definitivo do judaísmo na Alemanha, seu completo extermínio!” [Muller-Hill, 1993].

A partir de então se passou a discutir mais frequentemente a Solução Final nas reuniões de cúpula do partido nazista. A emigração de judeus foi proibida. Em 1941, em uma reunião do Instituto Frankfurt para Pesquisa da Questão Judaica, reuniram-se grandes intelectuais e acadêmicos da Alemanha. Alguns dos oradores da reunião afirmaram que o objetivo da solução total era o genocídio dos judeus. Foram apresentadas duas propostas para o genocídio: o isolamento dos judeus da Europa em campos de concentração com trabalho forçado até o seu esgotamento ou então a criação de colônias judias. A proposta adotada foi a primeira, mas os participantes da reunião chegaram a conclusão que o genocídio não era uma morte suficientemente rápida [Muller-Hill, 1993].

O genocídio se iniciou com o programa “13 f 14”, que consistia na “eutanásia” dos prisioneiros inválidos nos campos de concentração de trabalho forçado. Idosos, crianças e pessoas doentes eram levadas para fornos crematórios. Cada forno comportava cerca de 2 mil pessoas, e o processo de cremação levava aproximadamente 12 horas [Carneiro, 2009].

Em 1941, os judeus foram removidos dos centros urbanos e da sociedade alemã e levados para os guetos ou campos de concentração no leste europeu. Até então o extermínio dos judeus era feito por fuzilamento, mas esse método foi considerado muito lento. Segundo Maria Luiza Carneiro [2005], em seu texto sobre o Holocausto, aproximadamente 500 mil judeus foram assassinados por fuzilamento até o início de 1942, quando foi proposto um meio mais rápido para a morte em massa de judeus.

A solução para um genocídio mais rápido estava então na experiência que os nazistas haviam adquirido com os programas de eutanásia através das câmaras de gás. Os 11 milhões de judeus que se estimava habitar na Europa seriam mortos em aproximadamente seis anos, de acordo com os cálculos dos líderes nazistas. Os alemães encaravam as medidas adotadas

como uma “missão histórica”, para evitar que gerações futuras tivessem compaixão dos judeus e os abraçasse novamente. Os programas de eutanásia de pessoas com doenças mentais, deficiências físicas, epilepsia, esquizofrenia, alcoólatras, ente outros, foram terminados já que os médicos eram requisitados nos campos de concentração [Muller-Hill, 1993]..

No ano de 1942 foi iniciado oficialmente o extermínio de judeus em câmaras de gás no campo de Chelmo. Milhares de judeus eram recolhidos diariamente dos guetos espalhados por todo o território ocupado pela Alemanha e levados aos campos de concentração. O campo de Auschwitz-Birkenau se tornou a principal instalação do extermínio judeu. No final da Guerra, descobriu-se que só no campo de Auschwitz foram mortos mais de 1,5 milhão de judeus no período de três anos, a cada dia chegavam aproximadamente 10 mil prisioneiros a este campo [Carneiro, 2005].

Além dos homicídios, eram realizados também nesses campos de concentração experimentos com os prisioneiros. Cerca de 350 médicos (inclusive docentes de universidade) se envolveram com os campos de concentração. Essas pesquisas iam desde hepatite aos efeitos do aumento de pressão no indivíduo. No campo de Dachau eram realizadas castrações, injeção de hormônios em homossexuais, injeções de corantes nos olhos de crianças, vivisseções, congelamentos, além de infecções propositais por malária e hepatite, para citar alguns dos testes [Rezende, 2011].

É importante observar que todos esses experimentos citados e muitos outros aqui não mencionados não eram coordenados por nenhum general da Gestapo ou capitão da SA, mas por psiquiatras, geneticistas, antropólogos, gastroentologistas, e diversos outros médicos especialistas. Um dos principais médicos que atuava em Auschwitz era Joseph Mengele, conhecido como o “anjo da morte” no campo. A obsessão desse médico pelas teorias raciais o levou a investigar o nascimento de gêmeos. Seu intuito era otimizar a reprodução da raça ariana. Dos mil pares de gêmeos que Mengele selecionou para realizar suas experimentações apenas 200 pares sobreviveram [Rezende, 2011].

O Anjo da Morte injetava corante azul nos olhos de crianças, unia as veias de gêmeos, coletou milhares de órgãos para os institutos de anatomia alemães, ente outras coisas. Um dos experimentos mais conhecidos de Mengele foi a união de dois irmãos por vasos sanguíneos e

órgãos, na tentativa de criar gêmeos siameses. Devido a infecções os irmãos faleceram em menos de 3 dias [Rezende, 2011].

O saldo do Holocausto corresponde à morte de dois terços dos nove milhões de judeus que viviam na Europa naquele momento. Em reportagem do jornal The New York Times de março desse ano, na Alemanha nazista havia cerca de 30 mil campos de trabalho forçado, 1.150 guetos judeus, 980 campos de concentração, mil campos de prisioneiros de guerra, além dos campos e institutos de eutanásia e esterilização [Lichtblau, 2013].

A Solução Final se deu em três etapas distintas: (1) o boicote econômico e a represália cultural, (2) a Noite dos Cristais e a criação dos guetos e dos campos de trabalho forçado e, por fim (3), a morte de milhares de pessoas diariamente nos campos de extermínio. O que reforça a teoria de muitos historiadores de que o genocídio não era o plano inicial, mas ao longo dos anos e devido aos “eventos”, foi encarado como a missão do povo alemão [Carneiro, 2005].

É importante ressaltar que além dos judeus, milhares de ciganos, eslavos, negros, homossexuais, bolcheviques, deficientes e outras minorias também foram vítimas do nazismo. Em 27 de janeiro de 1945, quando o exército russo invadiu Auschwitz, a maioria dos presos já haviam sido removidos. Grande parte daqueles que não haviam sido levados à câmara de gás ou sofrido experimentações, haviam contraído tifo devido às péssimas condições sanitárias ou estavam desnutridos. Cerca de 10 mil pessoas que foram libertas morreram devido a um desses fatores nas semanas seguintes. Em Bergen-Belsen, um dos campos de concentração, foram encontrados cerca de 13 mil cadáveres empilhados [Carneiro, 2005].

E agosto de 1945, a Carta de Londres do Tribunal Militar Internacional estabeleceu um tribunal militar que julgasse os criminosos de guerra. O primeiro julgamento aconteceu no dia 20 de novembro de 1945, na cidade de Nuremberg. Após 403 sessões, o Tribunal de Nuremberg condenou 12 nazistas à morte e 3 à prisão perpétua [Carneiro, 2005].

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda hoje existem grupos que negam a ocorrência do Holocausto e a morte de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, a maioria desses grupos é neonazista ou racista, apesar de negarem se anti-semitistas. Ao longo da história da humanidade diversos genocídios já tiveram lugar. O Holocausto não foi o primeiro, o último ou o maior genocídio, mas o que o torna tão marcante é a frieza e racionalidade com que foi executado. Todo o aparato criado para subsidiar a morte de milhões de pessoas devido a uma ideologia foi inédito.

O genocídio dos tutsis na Ruanda em 1994 é um exemplo de extermínio motivado por um ideal de superioridade racial. Ruanda é um país africano, com três etnias principais: os hutus, os tutsis e os twa. Quando colonizada pela Bélgica, as disputas entre etnias se acirraram muito, tendo em vista que os colonizadores valorizavam mais os tutsis, afirmando que estes eram mais evoluídos devido aos seus traços físicos mais finos. Para os belgas, os hutus eram mais “brutos”, pois tinham narizes e bocas mais grossas, além do cabelo e da pele mais escuros. Os hutus foram feitos vassallos dos tutsis, estes adquiriam cada vez mais poder e muitos deles se tornaram aristocratas. Com a independência da Ruanda, os hutus assumiram o poder e passaram a perseguir os tutsis, com diversos ataques a essa etnia. Em abril de 1994, o avião do presidente hutu sofreu um atentado e a culpa recaiu sobre os tutsis. Foi ordenado um ataque, os hutus massacraram os tutsis, incendiavam suas casas, pilhavam seus bens, estupravam as mulheres, matavam crianças recém-nascidas. A ordem era toda a população hutu matar toda a população tutsi e todos os hutus moderados que não se envolvessem. Cem dias após o início do massacre, a Frente Patriótica Ruandesa, que defendia os tutsis, conquistaram a capital Kigali. Em cem dias de massacre, estima-se que entre 800 mil e 1 milhão de pessoas tenham sido assassinadas [Fructuozo et al, 2009].

Além desse, há diversos outros exemplos de massacres devido a questões raciais, como o Massacre de Srebrenica, na Bósnia em 1995, que provocou a morte de quase 10 mil bósnios muçulmanos. O Massacre de Halabja, liderado por Saddam Hussein em 1988 no Iraque, que resultou na morte de 5 mil pessoas.

Ainda hoje o ideal eugenista se encontra mascarado em muitos discursos. James Watson, codescobridor da estrutura de hélice do DNA, disse certa vez e entrevista “Se

pudermos fazer um ser humano melhor por meio da manipulação do gene, por que não o faríamos? O que há de errado nisso? Quem está nos dizendo para não fazê-lo?”. O primeiro diretor do Projeto Genoma fez uma declaração que atraiu muitas críticas, principalmente da comunidade científica. O cientista afirmou que os negros são menos inteligentes do que os brancos e que isso tem sido comprovado. Watson trabalhava no laboratório Cold Spring Harbor, a mesma instituição que Charles Davenport trabalhou anos atrás no início da divulgação da eugenia. Avanços científicos vêm sendo direcionados à identificação de “indesejáveis”, como a utilização de exames que detectam doenças genéticas por companhias de seguro e planos de saúde e o uso de bancos de DNA no controle de imigração [Guerra, 2006].

Pouco antes de morrer, o pai da eugenia, Francis Galton escreveu um romance chamado *Kantsaywhere*. O livro retrata as lutas de um jovem para se encaixar em uma utopia eugênica e se casar com a sua amada Srta. Allfancy. O rapaz enfrenta diversos testes físicos e mentais assim como análises de sua hereditariedade e a sua linhagem para que o homem mais adequado e a mulher mais adequada continuem a sobreviver. Após o exame de suas características genéticas, os habitantes de *Kantsaywhere* com material genético inferior eram destinados ao celibato em colônias de trabalho. Os que recebiam um “certificado de segunda classe” podiam se reproduzir “com reservas” e os bem qualificados eram encorajados a casar entre si. O filme *Gattaca* (1997) de Andrew Niccol retrata um cenário parecido com o de *Kantsaywhere*. Dois dos grandes avanços no aprimoramento da raça exibidos no filme já são possíveis os dias de hoje: a seleção de embriões livres de certas pré-disposições a doenças, como o câncer, por exemplo, e a seleção do sexo do bebe.

Através desses exemplos, podemos ver que a eugenia não está restrita ao passado, ao contrário, é algo muito presente no nosso dia a dia. Por esse motivo, é necessário manter sempre vivo em nossa memória o perigo de uma ciência utilizada em prol de uma ideologia. Apesar de ser um momento doloroso da história da humanidade, não pode se esquecer. Os avanços da genética e da ciência em geral têm trazido incontáveis benefícios para a sociedade moderna, mas não podemos esquecer dos prejuízos que o mau uso do saber científico pode trazer.

Ainda em Auschwitz, o Dr. Nyiszli perguntou “-Afinal, quando vai terminar todo esse extermínio?” e o Dr. Mengele o respondeu: “Meu amigo! Isto vai continuar sempre, sempre, sempre!”. O nosso dever é não permitir que tais palavras se concretizem novamente.

6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BULMER, M. *Francis Galton: Pioneer of Heredity and Biometry*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2003.

KEVLES, DJ . *In The Name Of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity*. Berkeley, University of California Press, 1985.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna de 1800 aos Dias de Hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NEUHAUSLER, Johann. *What Was It Like in the Concentration Camp at Dachau?* Munique: Manz, 1961. Disponível em:

<<http://www.ushmm.org/research/library/faq/details.php?lang=en&topic=03#02>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

US Holocaust Memorial Museu, 2012,

Disponível em: <http://www.ushmm.org/outreach/ptbr/media_nm.php?MediaId=1140>. Acesso em: 14 dez. 2012.

HITLER, Adolf. *Minha Luta: Mein Kampf*. São Paulo: Moraes, 1983.

MAI, LD., ANGERAMI, EMS., “Eugenia Negativa e Positiva: Significado e Contradições”, *Revista Latino-Americana Enfermagem*, v. 14, n.2, pp. 251-258, abril de 2006.

MELLO, Sylvia Lenz de. “República de Weimar: Alemanha 1919-1933”, *Revista do Laboratório de Ensino de História da UEL*, v. 2, pp. 101-111, 1996.

LERNER Silvia Rosa Nossek, 2009, “Ascensão do Nazismo: Considerações Gerais”. In: *Jornada Interdisciplinar sobre o ensino do Holocausto: Educando para a Cidadania e a Democracia*, pp. 13-17, Rio de Janeiro, Julho.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, 2009. “Holocausto: história e memória”. In: *Jornada Interdisciplinar sobre o ensino do Holocausto: Educando para a Cidadania e a Democracia*, pp 18-25, Rio de Janeiro, Julho.

SNELL, John L., “Wilson on Germany and the Fourteen Points”, *The Journal of Modern History*, v. 26, n. 4, pp. 364-369, dezembro de 1954.

TEIXEIRA, Evilázio F. Borges. A educação do homem segundo Platão. São Paulo: Paulus, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, v.29, n.1, janeiro/junho de 2003.

BASSO, Fabiano. “Jogos Olímpicos Da Antiguidade – Compreendendo A Hegemonia Espartana No Período Arcaico Grego”, *Revista Eletrônica da Educação Física e Desportos*, v. 8, n.1, janeiro de 2012.

CAETANO, Tiago Lemanczuk Fraga. Mein Kampf e o ideário nazista. *Revista Consilium*. 2010, v. 1, n. 4, maio/agosto de 2010.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. North Carolina: Duke University Press, 2000.

GALTON, David J. “Greek theories on eugenics”, *Journal of Medical Ethics*, v. 24, n. 4, pp. 263-267, 1998.

ASTRAUSKAS, Jefferson P, NAGASHIMA, Júlio C. “As Leis Da Herança Por Gregor Johann Mendel, Uma Revolução Genética”, *Revista Científica Eletrônica De Medicina Veterinária*, v. 7, n. 13, julho de 2009.

DARWIN, Charles. On The Origin Of Species, Londres: John Murray, 1859.

DARWIN, Charles, DARWIN, Francis. “The Life And Letters of Charles Darwin, including an autobiographical chapter”, Londres, John Murray, 1887.

GALTON, Francis. “Foreword”, *The Eugenics Review*, v. 1, n. 1, abril de 1909.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. “Projeto Nacional, Nazismo e Cidadania”, *Revista Dimensões*, v. 15, n.1, 2003.

CAIXETA, Francisco Carlos Távora de Albuquerque. “O Direito Nazista”. <<http://jornal.jurid.com.br/materias/doutrina-geral/direito-nazista>> Acesso em: 8 de dezembro de 2013.

SEARLE, Geoffrey Russell. *Eugenics and Politics in Britain: 1900-1914*, Leyden: Noordhoff International Publishing, 1976.

PEARL, Raymond. “*The First International Eugenics Congress*”, *Revista Science, New Series*, v. 36, n. 926, 1912. <<http://www.jstor.org/stable/1637056?seq=2>> Acesso em: 8 de dezembro de 2013.

SELDEN, Steven. "Transforming Better Babies into Fitter Families: Archival Resources and the History of the American Eugenics Movement, 1908-1930". *American Philosophical Society*, v. 149, n. 2, junho de 2005.

FREI, Norbert. *Nationalist Socialist Rule in Germany: The Fuhrer State 1933-1945*, Oxford, Blackwell, 1993.

ROGOW, Sally M, *Hitler's Unwanted Children*, 1998.

<<http://digital.cjh.org/view/action/singleViewer.do?dvs=1386688893403~837&locale=pt>> Acesso em 10 de dezembro de 2013.

LICHTBLAU, Eric. The Holocaust Just Got More Shocking. *The New York Times*, Nova York, p. SR3, 3 de março de 2013.

FRUCTUOZO L.M.L., AMARAL S.T., “Ruanda: Memórias De Um Genocídio”, *Revista Etic*, v. 5, n. 5, 2009.

GUERRA, Andréa Trevas Maciel. “Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI”
Cienc. Cult. , vol.58, no.1, p.4-5, jan./mar. 2006.